



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

NAIARA DA CUNHA VIEIRA

**A GESTÃO DA FESTA: UM ESTUDO SOBRE O PODER PÚBLICO MUNICIPAL
E A ORGANIZAÇÃO DO CARNAVAL DE SALVADOR**

Salvador
2009

NAIARA DA CUNHA VIEIRA

**A GESTÃO DA FESTA: UM ESTUDO SOBRE O PODER PÚBLICO MUNICIPAL
E A ORGANIZAÇÃO DO CARNAVAL DE SALVADOR**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Comunicação Social – Produção em Comunicação e Cultura, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Produção em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Albino Canelas Rubim

Salvador
2009

Dedico este trabalho aos meus pais e irmãs.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho deve muito a algumas pessoas, por isso, é chegada a hora de fazer os tão sinceros agradecimentos a todos que ao longo do caminho se fizeram presentes através do apoio, estímulo, sugestões e acima de tudo carinho.

Agradeço ao Professor Doutor Albino Rubim por ter aceitado orientar este trabalho e por ter me proporcionado um rico aprendizado fora da sala de aula, durante os dois anos como integrante do grupo de pesquisa por ele orientado. À professora Nadja Miranda, pela disponibilidade em participar da banca examinadora deste trabalho.

Agradecimentos especiais ao Professor Doutor Paulo Miguez, pelas sugestões e incentivo na construção do objeto dessa pesquisa; À Natália Coimbra pelas dicas essenciais ao trabalho. À Merina Aragão (SALTUR) e Cloves Carneiro (Conselho Municipal do Carnaval) pela simpatia e presteza no fornecimento de preciosas informações.

Aos colegas e amigos da Facom, em especial a Layno Pedra pela sincera amizade, carinho e companhia nesses quatro anos. Aos amigos Ugo Barbosa, Hortência Nepomuceno, Laís Sousa, Renata Freitas, Gleise Oliveira, Vanessa Barbosa, pela solidariedade sempre dispensada. Obrigada por todas as palavras de incentivo e afeto nesses quatro anos de convívio com muitos aprendizados.

À minha família por todo apoio, carinho e paciência, em especial aos meus pais e irmãs pela confiança e amor; Às minhas irmãs Renata e Gabi pelos momentos de distração, a Indira pela constante torcida; Ao meu namorado Marcus, pelo companheirismo e presença fundamentais nos sacrificados finais de semana, pela calma e dedicação dos últimos meses. À equipe da DIMUS, pela compreensão e apoio mesmo nos momentos conturbados nos quais eu precisei me ausentar; Aos meus avôs pelo carinho e preocupação; Aos grandes amigos, que sei, sentiram a minha falta nos momentos de confraternização, em especial a Taís Beatriz e Kelly Hosana que estiveram mais próximas nessa reta final.

Enfim, a todos agradeço profundamente e dedico o resultado desse trabalho, afinal de contas sem amigos e pessoas queridas como vocês a finalização dessa tarefa deixaria de ser difícil para se tornar impossível. Sem o apoio de cada um de vocês não teria chegado ao fim desta jornada.

Obrigada por tudo.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso se dedica a identificar as diferentes nuances de gestão do Poder Público Municipal na festa carnavalesca realizada na cidade de Salvador. Propõe uma análise sobre a organização do Carnaval nessa cidade, de forma a identificar quais são os vínculos institucionais dos órgãos maiores responsáveis pela infra-estrutura montada para o evento, que a cada ano assume um caráter de profissionalização do lúdico. Entender como a organização do festejo carnavalesco mobiliza diversos órgãos da Prefeitura e como se deu a evolução na forma de planejar e executar esse evento, que consegue alterar o ritmo de toda a cidade, desde a estrutura física até o comportamento das pessoas envolvidas no espaço da festa. Observamos assim, as administrações municipais de 1985 até 2009 para entender a constituição e transformação das estruturas de gestão para o Carnaval de Salvador.

Palavras-chave: Carnaval, EMTURSA, Festa, Gestão, Salvador.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma SALTUR	35
Figura 2 - Gastos do Poder Público com o Carnaval – 2007	56
Figura 3 - Pessoal Operacional do Poder Público Municipal	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ano de Fundação das Entidades Carnavalescas. Salvador - Bahia, 2008 (%)	23
Tabela 2 - Ano de Fundação dos blocos de trio	24
Tabela 3 - Pessoal Operacional da Prefeitura no Carnaval de Salvador Governo Imbassahy – 1998	49
Tabela 4 - Pessoal Operacional da Prefeitura no Carnaval de Salvador Governo Imbassahy – 2002	50
Tabela 5 - Pessoal Operacional da Prefeitura no Carnaval de Salvador Governo João Henrique – 2006	55
Tabela 6 - Pessoal Operacional do Poder Público Municipal	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	Antônio Carlos Magalhães
BAHIATURSA	Empresa de Turismo da Bahia S/A
CBTUR	Conselho Baiano de Turismo
COGEL	Companhia de Governança Eletrônica do Salvador
CODESAL	Coordenadoria de Defesa Civil de Salvador
COMCAR	Conselho Municipal do Carnaval
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EMTURSA	Empresa de Turismo S/A
FGM	Fundação Gregório de Mattos
FAZCULTURA	Programa Estadual de Incentivo ao Patrocínio Cultural
INFOCULTURA	Informativo da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
LIMPURB	Empresa de Limpeza Urbana do Salvador
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PMS	Prefeitura Municipal de Salvador
PPS	Partido Popular Socialista
PRODAE	Programa de Desenvolvimento e Ações Estratégicas
PRODASAL	Companhia de Processamento de Dados de Salvador
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores

PV	Partido Verde
RedeSist	Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais
RENURB	Companhia de Renovação Urbana
SAF	Serviço de Atendimento ao Folião
SALTUR	Empresa Salvador Turismo
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SECOM	Secretaria de Comunicação
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SEMAP	Secretaria Municipal de Articulação e Promoção da Cidadania
SEMUR	Secretaria Municipal da Reparação
SESP	Secretaria de Serviços Públicos
SET	Superintendência de Engenharia de Tráfego
SETIN	Secretaria Municipal dos Transportes e Infra-Estrutura
SETRAD/SEDES	Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social /Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social
SMCS	Secretaria Municipal de Comunicação Social
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SMTU	Secretaria Municipal de Transportes Urbanos
SPJ	Superintendência de Parques e Jardins
SPM	Superintendência Especial de Políticas para as Mulheres
STP	Superintendência de Transporte Público
SUCOM	Superintendência de Controle e Uso do Solo do Município
SUMAC	Superintendência de Manutenção e Conservação da Cidade
TVE	TV Educativa da Bahia

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
2.	AS DIMENSÕES DA FESTA E O CARNAVAL DE SALVADOR	14
2.1	CARNAVAL: ETIMOLOGIA E CONCEITO	18
2.2	CARNAVAL: ORIGEM, FASES E GESTÃO	20
3.	POLÍTICA, CULTURA, GESTÃO DO CARNAVAL	29
3.1	GOVERNO DE MÁRIO KERTÉSZ	30
3.1.1	A EMPRESA DE TURISMO S/A - SALTUR	34
3.2	GOVERNO FERNANDO JOSÉ	36
3.2.1	CONSELHO MUNICIPAL DO CARNAVAL (COMCAR)	39
3.3	GOVERNO LÍDICE DA MATA	41
3.4	GOVERNO ANTONIO IMBASSAHY	47
3.5.	GOVERNO JOÃO HENRIQUE	51
4.	UMA ANÁLISE SOBRE AS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS E A GESTÃO DO CARNAVAL DE SALVADOR ENTRE OS ANOS 1985 A 2009	58
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
6.	REFERÊNCIAS	70

1. INTRODUÇÃO

O Carnaval, festa de origem europeia que encontrou nos solos brasileiros um reconhecimento e grande aceitação, se apresenta hoje como a maior festa urbana do Brasil da qual se tem conhecimento. Desde a sua origem até os dias atuais essa festa vem se configurando de diferentes maneiras nos espaços em que é realizada e adquirindo traços culturais característicos de cada região brasileira. Sabemos que uma festa dessa dimensão envolve diversos atores e infinitos aspectos organizativos que vão desde a infra-estrutura, para acolher milhares de pessoas em um mesmo espaço, até questões como a valorização da diversidade cultural.

São muitos os aspectos que envolvem tal manifestação, no entanto não tivemos a pretensão de apresentar aqui todos eles, e sim, uma entre tantas outras dimensões dessa festa. Escolhemos analisar o Carnaval de Salvador a partir da perspectiva da gestão da festa a fim de entender como se conformam os arranjos institucionais responsáveis por alterar as dinâmicas da cidade nos seis dias de folia.

Muito se tem discutido a respeito da forma como o Poder Público Municipal tem gerido essa festa e como a dimensão turística e mercadológica do Carnaval tem tomado a cena para as ações de alguns governos municipais, em detrimento da dimensão cultural e a valorização da diversidade que deve ser uma das responsabilidades do Poder Público para manter a tradição na festa.

Então, a primeira motivação para realizar essa pesquisa foi a de apreender quais as exigências de organização que uma festa da dimensão do Carnaval apresenta para acontecer, quais são esses aspectos organizativos e como são colocados em prática pelo Poder Público Municipal na cidade de Salvador. Partimos do pressuposto de que há uma relação intrínseca entre cultura, gestão e festa, e por isso, afirmamos a necessidade de uma maior organização e planejamento, mesmo para o acontecimento do lúdico, característica inerente ao Carnaval de Salvador.

Dessa maneira, buscando compreender qual tem sido e deve ser o papel do Governo Municipal na governança do Carnaval de Salvador, quais são as instituições responsáveis por essa gestão e qual a ordem hierárquica de poder que elas têm para influenciar e até determinar a configuração atual da festa Carnavalesca, é que surgiram as motivações para essa pesquisa. O tema do presente trabalho é o papel do Poder Público Municipal e a gestão do Carnaval de Salvador, dando maior enfoque ao período da década de 90 até os dias atuais. Essa escolha

justifica-se pelo fato de os anos 90 ter representado um marco inicial para a configuração do Carnaval como produto turístico e econômico, bem como o momento no qual o Poder Público descobriu a necessidade da adoção de uma gestão estratégica que prevê um planejamento antecipado e contínuo para a realização do Carnaval.

Os aspectos que buscamos elucidar na presente pesquisa são: como os órgãos públicos municipais estiveram presentes na organização dessa festa, como se conformam os arranjos institucionais, quais as mudanças que ocorreram no modo de organização do Carnaval nessas últimas décadas e, sobretudo, como a atuação do Poder Público Municipal pode ter contribuído para gerar transformações nas dinâmicas desse festejo.

O estudo foi desenvolvido principalmente através de pesquisa bibliográfica em livros, artigos acadêmicos, dissertações, matérias de jornais, entrevistas, além de pesquisas em websites de jornais e revistas, e no Portal Oficial do Carnaval de Salvador, mantido pela Empresa de Turismo de Salvador (EMTURSA). Além dessas fontes citadas, utilizamos também relatórios de indicadores do Carnaval no período estudado, produzidos pela EMTURSA (Empresa de Turismo S/A), atual SALTUR. Ressaltamos, porém, a falta desse material para contemplar as ações das gestões municipais, anteriores ao ano de 1997, ano que inaugura a prática de elaboração de relatórios anuais a partir dos números gerados na festa. A inexistência de relatórios e documentos oficiais que contemplam a gestão da festa em parte dos períodos estudados, foi a nossa maior dificuldade na obtenção de informações mais concretas, e por isso, a impossibilidade em analisar mais profundamente esse período.

No que se refere a sua estrutura, esta monografia é composta por cinco partes, dividida em: introdução (apresenta o panorama geral do trabalho), três capítulos e a última parte que compreende as considerações finais.

O primeiro capítulo, intitulado “As dimensões da festa e o Carnaval de Salvador”, apresenta uma concisa introdução à teoria da festa, uma comparação de visões de diferentes autores acerca desse tema, apoiada no desenvolvimento teórico da pesquisadora Rita Amaral sobre o conceito de festas. Algumas discussões sobre a origem e conceito do Carnaval, também a partir dos estudos de pesquisadores que dissertam de maneiras diferentes sobre o tema, e um breve histórico dessa festa, desde o Entrudo aos dias atuais. Além de procurar entender quais as exigências de organização que uma festa da dimensão do Carnaval necessita para acontecer. Assim, trata-se mais de um referencial sobre festas e o Carnaval como uma festa específica.

O segundo capítulo, denominado “Política, cultura e gestão do Carnaval”, discorre sobre as diferentes administrações municipais e a organização do Carnaval baiano entre os anos de 1985 e 2009, as políticas implementadas nos governos municipais de Mário Kertész, Fernando José, Lídice da Mata, Antonio Imbassahy e João Henrique e o direcionamento dessas políticas para a realização do Carnaval de Salvador. Trata-se, portanto, de um capítulo mais descritivo sobre o papel do Poder Público Municipal como ente gestor dessa festa.

O terceiro capítulo, sob o título “Uma análise sobre as administrações municipais e a gestão do Carnaval de Salvador entre os anos 1985 a 2009”, oferece um diagnóstico mais aprofundado das principais ações de cada uma dessas gestões municipais citadas acima para a estruturação do Carnaval de Salvador. Apresenta uma leitura e interpretação dos dados resultantes da nossa pesquisa, realizada a partir do referencial teórico e de informações coletadas nas observações de relatórios gerenciais do carnaval e entrevistas. Trata-se de um capítulo mais analítico a partir do que foi abordado no capítulo anterior. Assim, faremos um estudo da atuação do Estado para a realização do Carnaval a partir de 1985, a fim de perceber o que foi alterado até se chegar a configuração atual e quais as conseqüências e dificuldades encontradas a partir do modelo de gestão adotado pelo Poder Público.

Por último, nas considerações finais, apresentamos nossas conclusões a partir dos dados que obtivemos, além de sugerir algumas propostas para a resolução dos problemas listados e que podem servir de direcionamento a futuros trabalhos acadêmicos.

2. AS DIMENSÕES DA FESTA E O CARNAVAL DE SALVADOR

“Um festival é um excesso permitido, ou melhor, obrigatório, a ruptura solene de uma proibição” (Freud)¹.

É comum ouvirmos expressões do tipo “Brasil, o país do Carnaval”, ou até, como bem lembra a autora Rita Amaral² (1998), a frase que diz que no “Brasil tudo acaba em festa”. Sabemos que o Brasil é historicamente marcado por realizações festivas que vão desde celebrações religiosas às que representam fundamentos ideológicos de diferentes grupos sociais. Por ser a festa um importante construtor da identidade brasileira, examinaremos neste capítulo alguns estudos feitos acerca do tema, o que nos norteará para falar de uma festividade em especial, o Carnaval.

Podemos perceber a importância da festa para a construção de valores nacionais a partir do encontro de diferentes culturas que habitavam o solo brasileiro desde o período colonial. Por isso, Rita Amaral (1998), destaca aspectos nos festejos que ocorrem nas diferentes regiões brasileiras, e elenca diferentes visões para comprovar a essencialidade das festas para mediação entre culturas e símbolos. Traz assim a expressão festa “à brasileira”³, como sendo: forma de organização popular, de expressão artística, modo de ação social, expressão de identidade cultural e afirmação de valores particulares no contexto nacional. Ou seja, peculiaridades das festas realizadas no Brasil como um caráter identitário de reconhecimento do país internacionalmente no quesito realização e frequência de comemorações.

Diante da grande ocorrência de festividades realizadas em território brasileiro, surgem diferentes visões em torno do conceito de festas. Para Amaral, é necessário que fuçamos da visão do senso comum que associa festa à alienação, displicência, tendência ao descaso com a lei e a ordem, principalmente quando se referem ao Carnaval, como se este significasse uma desordem absoluta, ou seja, uma perspectiva negativa nas comemorações festivas.

Faremos uma breve explanação das diferentes visões sobre as festas em geral e o próprio conceito que optamos por trabalhar. Reconhecemos, porém, que há uma dificuldade em tratar desse conceito devido ao significado não unificado do termo festa. Como afirma a autora Maria Clementina Pereira Cunha:

¹ Extraído da tese de Doutorado de Rita de Cássia Amaral.

² Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo.

³ Expressão utilizada por Rita Amaral.

É preciso perseguir as dimensões particulares das sociedades nas quais as celebrações se produziram e enfatizar a diferença mais do que a continuidade. Não se pode falar *da* festa, pois nenhum atributo universal pode ser encontrado *nas* festas, e sim diversas possibilidades de leituras e interpretações das diversas ocasiões festivas (CUNHA, 2002 apud SÁ, 2007, p.81).

Inicialmente tratamos dos estudos de Amaral sobre a festa como objeto das ciências sociais e, a primeira questão que surge, de acordo com essa autora, diz respeito ao problema relacionado à bibliografia sobre o tema. Segundo Amaral, há uma vasta quantidade de trabalhos sobre festividades de todos os tipos, mas em geral, essas pesquisas descrevem um evento específico em si e geralmente não se preocupam em registrar o que acontece fora dele, ou seja, os motivos que impulsionam determinado festejo: os contextos culturais, políticos e econômicos em que eles se realizam. Além disso, a autora destaca a escassez de reflexões teóricas sobre as festas, que na maioria das vezes aparecem inseridas nos estudos sobre rituais e religião.

Diante dessas indefinições, surge a pergunta. O que é festa? Consultando o dicionário Aurélio, encontramos a seguinte definição: solenidade, comemoração, cerimônia em regozijo por qualquer fato ou data; alegria, júbilo; brinde, presente (por ocasião do Natal); fazer festas, procurar agradar, fazer carícias. Tal definição nos leva a perceber que a festa pode estar ligada tanto às comemorações profanas quanto às religiosas. Nesse sentido, apontamos alguns conceitos a respeito do tema. Partindo para uma visão menos estreita e mais analítica, segundo Rita Amaral, foi Sigmund Freud em “Totem e Tabu” (1974) quem propôs pela primeira vez uma definição do termo festas. Freud definiu da seguinte forma: “Um festival é um excesso permitido, ou melhor, obrigatório, a ruptura solene de uma proibição” (FREUD, 1974 apud AMARAL, 1998). Dessa maneira entendemos que o ato de festejar só tem sentido quando representa algo nosso, e que nos remeta, sobretudo, à idéia de prazer, de satisfação, ainda que regras sejam quebradas para a criação de uma nova ordem. Significa assim, que existe uma ordem a ser seguida na realização de um festejo, diríamos que uma segunda ordem diferenciada dos códigos sociais pré-determinados.

A festa caracteriza-se pela ruptura entre atores e espectadores e faz de todos, ao mesmo tempo, um ator total. Nesse sentido, a festa supõe inversão de papéis, transgressão à hierarquia e a todos os papéis do mundo profano. Ela sugere a participação coletiva até o êxtase, a partir de uma nova ordem, segundo Aguirre (1993), uma desordem

que mantém os elementos de base da organização na vida cotidiana (MARTINS, 2000, p.122).

Também no esforço classificatório podemos destacar alguns autores e suas diferentes visões acerca do conceito de festas. Uns acreditam na festa como um mecanismo de "regulação social" através do lazer, outros na festa como uma ruptura da ordem, inversão de papéis, ou seja, para uns as festas propiciam o restabelecimento da ordem, para outros a negação dela. A obra de Émile Durkheim (1912): "As formas elementares de vida religiosa", apresenta as relações entre ritual e festas e é a base para os estudos que surgem no segmento festa. Para o sociólogo francês as festas são importantes para reavivar os laços sociais, e como bem fala Rita Amaral, quanto mais festas uma sociedade realize, mais esses laços sociais terão chances de não se dissolverem. Assim, Durkheim traz como principais características de todo tipo de festa: a superação das distâncias entre os indivíduos; a produção de um estado de efervescência coletiva; e a transgressão das normas coletivas.

Ainda baseada nas visões de Durkheim, Amaral considera a utilidade da festa para uma sociedade, visto que para encarar a vida séria do dia a dia o homem necessita de momentos de descontração, assim: "... divertimento é coisa séria, e pode ser entendido até mesmo como segunda finalidade do trabalho, vindo logo após a necessidade de sobrevivência" (AMARAL, 1998, p.27). Essa visão de Durkheim, compartilhada por Amaral, vai de encontro à de muitos autores que vêem o ato de festejar como algo sem utilidade, sem um objetivo que justifique. Podemos ver aqui estudos que se contrapõem ao analisarem a noção de festa.

Autores como Jean Duvignaud (1983) radicalizam a teoria da festa, vendo nela não uma tentativa de regeneração ou um modo de reafirmação da ordem social vigente, mas a ruptura, e o poder subversivo, negador, da festa. (AMARAL, 1998). Outros autores falam de uma decadência da festa, hipótese rebatida por Amaral, analisando o crescente surgimento de festejos ao longo do tempo.

Duvignaud (1976 apud, AMARAL, 1998) classifica as festas também de acordo com os critérios de participação e de representação. Entre as festas de participação estão as cerimônias públicas das quais participa a comunidade em sua totalidade. Enquanto que nas festas de representação, encontram-se aquelas que apresentam atores e espectadores. Os atores participam diretamente da festa organizada para os espectadores e, estes últimos, são participantes indiretos do evento ao qual eles atribuem, entretanto, uma dada significação e pela qual são mais ou menos afetados. A partir daí podemos diferenciar festa de espetáculo.

Para Amaral, toda festa é algo coletivo, por isso, supõe não só a presença, mas a participação de um grupo. Assim: “Uma festa com pouca participação ou poucas pessoas não é uma boa festa” (AMARAL, 1998, p.40).

O tempo da festa aparece como outro critério classificatório de maneira que, durante a realização da festa, quanto mais relações se formam, (sejam elas religiosas, lúdicas, profanas, econômicas), mais podemos diferenciá-la de uma simples cerimônia. Entretanto, o fundamental é que tanto os atores quanto os espectadores são conscientes da existência de regras. Com essa afirmação, discordaremos dos estudiosos que enfatizam o ato de festejar como uma ruptura negativa dos valores sociais e a ausência de princípios normativos.

A partir das visões dispostas acima, passemos a tratar das festas no contexto brasileiro. O fato de o Brasil ter uma imagem de um país que “vive” em festa, pode, e como já acontece, nos trazer uma carga negativa de desordem e bagunça. Nesse aspecto é que se torna importante analisar as dimensões imbricadas no ato comemorativo, independente do seu caráter religioso ou profano. Para uma maior compreensão citaremos as dimensões trazidas por Amaral(1998)a festa como elemento de mediação cultural; elemento turístico; elemento econômico e a organização política local e o uso da festa.

E dentre as dimensões que uma festa alcança escolhemos analisar a organização política local e o uso da festa, ou seja, os modos como o poder instituído tenta fazer uso da festa em seu favor. Para fundamentar e exemplificar nossa escolha, decidimos avaliar essa dimensão no contexto específico do Carnaval de Salvador. A escolha por essa dimensão se deu principalmente pela percepção empírica de que o Poder Público, muitas vezes tentou fazer dessa festa um produto turístico vinculado a ganhos econômicos e visibilidade favorável ao governo.

Entendemos que o uso político da festa possa transformá-la em uma estrutura mais organizada, submetida a regras que muitas vezes interferem no caráter espontâneo e lúdico que deve existir numa manifestação festiva. Por outro lado, a adoção de estratégias que regulamentem a festa é necessária e demonstra que festejar não pode ser sinônimo de desordem total. Assim, ao estudarmos o conceito de festas nos deparamos com duas correntes opostas: uma que a vê como ruptura do cotidiano, onde as regras sociais são transgredidas, desencadeando o caos e outra que defende o não rompimento total de regras, já que outras regras continuam presentes, ou surgem, nas festas.

Neste trabalho, avaliaremos a gestão local para o desenvolvimento da festividade – Carnaval de Salvador – e os modos de organização em diferentes governos datados de 1985 à

2009. Estudando a festividade específica do Carnaval de Salvador, percebemos a necessidade de se manter as regras até na realização do lúdico, onde as normas continuam a existir, ainda que em diferentes instâncias. Entretanto, essas regras não podem descartar a presença do lado lúdico e espontâneo, características inatas as festividades e de importância para a observação bilateral no contexto do Carnaval.

Dessa maneira, antes de partirmos para o contexto mais particular do Carnaval soteropolitano, julgamos importante apresentar algumas visões sobre o próprio conceito de Carnaval, já que esta festa é objeto de pesquisas em várias épocas e partes do mundo.

2.1 CARNAVAL: ETIMOLOGIA E CONCEITO

De acordo com Rachel Soilhet⁴ (1998, p.01), diversos historiadores e cientistas consideram o Carnaval como a mais importante festa, e por isso dedicaram a ele seus estudos. Mas antes de apresentarmos alguns desses estudos, colocamos a definição dada pelo Dicionário Aurélio para a palavra Carnaval: “s.m ./ os três dias de folia que precedem a quarta-feira de cinzas; entrudo”. De acordo com o Portal Oficial do Carnaval de Salvador existem várias versões sobre a origem da palavra: “No dialeto milanês, Carnevale quer dizer o tempo em que se tira o uso da carne”, já que o Carnaval é propriamente a noite anterior à Quarta-Feira de Cinzas. “É um misto de folguedo, festa e espetáculo teatral, que envolve arte e folclore”.

Ainda em pesquisa na internet, também encontramos uma explicação etimológica da palavra Carnaval e identificamos a sua similaridade com a origem da palavra trazida pelo dicionário e o próprio Portal Oficial do Carnaval de Salvador.

As palavras que resultaram na forma usada hoje, Carnaval, surgiram nos séculos 11 e 12 na Itália. A expressão latina *carne levare* (“abstenção de carne” ou “adeus à carne”) produziu, no latim medieval vocábulos como *carnilevarium*, *camilevaria* e *carnilevamen*, todos designativos da véspera da Quarta-feira de Cinzas, o dia em que se iniciava jejum de carne exigido pela Quaresma. Nos séculos 16 e 17, já aparecem, na língua francesa, as grafias *carneval* e *Carnaval*. Em inglês a palavra hoje é *carnival*, que denota claramente sua origem. Essas festas, porém, não começam na Idade Média, mas vêm da antiguidade remota e tem parentesco com as bacanais, saturnais, lupercais e outras manifestações populares gregas e romanas. No início do cristianismo, a Igreja Católica procurou dar novo espírito às festividades, localizando-as no tempo imediatamente anterior à Quaresma. Depois, elas desapareceram durante séculos para ressurgirem na Idade

⁴ Professora Titular aposentada do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Média, especialmente em Turim, Veneza, Nice e Roma (Estado de São Paulo, sábado, 02 de fevereiro de 2008, p.7).

Ao analisarmos essas definições apresentadas acima, percebemos a relação que é feita entre o Carnaval e o cristianismo, já que a Quaresma é o período de quarenta dias que antecedem a maior comemoração cristã, a ressurreição de Jesus Cristo, comemorada no Domingo de Páscoa. Portanto, o Carnaval é definido a partir do calendário cristão.

Trouxemos essa definição mais genérica para introduzir as muitas discussões que giram em torno do Reinado do Momo. A primeira dessas discussões está na origem do Carnaval. Alguns pesquisadores acreditam ser o Carnaval um filho do cristianismo, daí essa definição ratificada no dicionário, outros afirmam ser esse festejo de origem pagã, nesse ponto citaremos dois autores que apresentam visões antagônicas. Baroja acredita que o Carnaval surgiu para complementar as festas cristãs, enquanto que Mikhail Bakhtin é adepto da visão que atribui ao paganismo a origem do Carnaval. De acordo com Soihet (1998), Bakhtin “vê oposição das festas públicas Carnavalescas com o tom sério da cultura oficial e cristã da Igreja e do Estado. (1998, p.05). Dessa maneira, não seria possível que o Carnaval se realizasse como manifestação atrelada a essas duas instituições. Mais ainda, Bakhtin enxergava o Carnaval como um momento para libertação das regras, abolição das relações hierárquicas. Dessa forma, nessa festa todos seriam considerados iguais, independente das diferenças sociais, econômicas e raciais.

No caso da festa na sociedade brasileira, recaindo sobre os estudos do Carnaval, existem duas visões interessantes, a de Maria Isaura Queiroz e a de Roberto Da Matta. Ambos aparecem em proporção expressiva no Brasil para explicar a importância do Carnaval na sociedade brasileira e suas transformações ao longo do tempo.

Abrasilando-se através do tempo, o Carnaval tomou no Brasil uma grande importância e, no país como no estrangeiro, é considerado hoje uma das marcas de brasilidade; aqueles que o vivem e também aqueles que o evitam (buscando a tranquilidade longe dos centros efervescentes da festa) afirmam com bastante ênfase que se trata de uma “festa tradicional do país” (QUEIROZ, 1998, p.159).

Para Da Matta (1997), um aspecto importante dessa festa brasileira está na capacidade de organização das entidades Carnavalescas, o que vai de encontro à visão generalizada do senso comum de que nada que acontece nas festas se reveste de seriedade, estando o Carnaval aí incluído como uma das festas de maior dimensão, e por isso, alvo dessa visão generalizada

que atribui a ele uma desordem, baderna. Queiroz (1992) demonstra concordar com a visão de Da Matta quando se remete a uma obra do escritor Jorge Amado (1931), que apesar de trazer o Carnaval como elemento fundamental da cultura do país, acreditava ser essa festa o abandono das normas e a instalação da desordem. Em contraste às minutas do escritor baiano sobre o Carnaval, Queiroz preocupa-se em demonstrar o esforço e capacidade de organização das entidades Carnavalescas (Escolas de Samba) para a realização dos seus desfiles. Mais uma vez enfatizando a necessidade de organização para a realização do lúdico. Todavia, Queiroz afirma que “o conceito de Carnaval sempre foi ambíguo; aqueles que o encaram como festa do conagraçamento e da concórdia, também o rotulam de festa da desordem e dos excessos”(QUEIROZ, 1992, p.182).

Essas visões recorrentes nos estudos da festividade Carnavalesca nos levam a pensar se não existe uma lógica constitutiva que determine a existência de regras que contribuam para a organização do Carnaval, ainda que saibamos da coexistência de elementos que sugerem ao mesmo tempo quebra e manutenção das regras sociais. Ou seja, o mito do Carnaval, como denomina Queiroz (1998, p.220) não pode realizar seus objetivos se não for por meio do seu ritual, isto é, por meio de um conjunto de cerimônias que têm também regras. A afirmação da autora ratifica mais uma vez que para a realização de um festejo algumas regras são quebradas, mas outras são produzidas para a conservação da ordem.

2.2 CARNAVAL DE SALVADOR: ORIGEM, FASES E GESTÃO.

Após algumas considerações sobre os conceitos de festa e do Carnaval como uma festa específica, principalmente analisada em contexto brasileiro, passaremos agora a analisar o contexto mais específico da gestão pública municipal do Carnaval na cidade de Salvador e, para isso, optamos por fazer um breve panorama histórico da origem e evolução dessa festa urbana em contexto brasileiro e soteropolitano.

Conforme Maria Isaura de Queiroz, o Carnaval no Brasil apresentou três diferentes fases. Assim as descreve:

(...) a mais antiga, o Entrudo, foi o Carnaval das famílias, pois era organizado por parentelas e grupos de vizinhança; o Grande Carnaval ou Carnaval burguês foi financiado e comandado pelas grandes fortunas locais que o organizavam de maneira que só permitisse a participação das camadas superiores; o Carnaval das Escolas de Samba, finalmente, ou Carnaval

Popular, teve seus desfiles compostos pelos cidadãos das camadas inferiores, que deles foram os “atores” (QUEIROZ, 1998, p. 165).

Além dessas fases Carnavalescas em diferentes períodos, existem, segundo o pesquisador Paulo Miguez (2008), especificidades e particularidades próprias de cada Carnaval. Ou seja, mesmo em sincronismo, podem ser adotados costumes de diferentes culturas na realização da festa em diferentes locais. Todavia, apesar das diferenças que sabemos existir, por exemplo, entre o Carnaval do Rio de Janeiro e o de Salvador, é possível identificar elementos que são comuns a todos os carnavais brasileiros, tanto do ponto de vista de suas trajetórias históricas como a respeito de suas configurações contemporâneas.

Do ponto de vista histórico, os carnavais brasileiros têm sua origem no Carnaval lusitano trazido para o Brasil Colônia. O Entrudo, nome dado a essa primeira manifestação que se caracterizava por brincadeiras com limões de cheiro, lança perfume, confetes e serpentinas, foi o precursor do Carnaval no Brasil.

No início da Era Cristã já se notavam os primeiros sinais de proibição dos festejos considerados mundanos pela Igreja Católica. A Igreja determinava que esses festejos deveriam ser realizados antes da Quaresma, por isso, Entrudo significava também introdução à Quaresma. Em 1853, essa comemoração passou a ser reprimida com ordens policiais. E no período de repressão ao Entrudo, o Carnaval passou a se apresentar de forma diferente, começou a assumir outra conformação e se dividiu em duas classes: o Carnaval de Salão (participação de brancos e mulatos de classe média) e o Carnaval de Rua (participação de negros e mulatos pobres). No entanto, segundo Queiroz (1992, p.45), essa anulação do Entrudo pelo Carnaval aconteceu no território brasileiro, enquanto em Portugal o Entrudo continuou a ser celebrado nas aldeias.

Apesar da superação do Carnaval ao Entrudo, autores afirmam que há um momento de fusão entre essas duas manifestações.

Em algum ponto perdido entre 1870 e 1890 começa a fusão do entrudo com o Carnaval. Até o início da última década do século passado, portanto, a festa poderia ser chamada Entrudaval ou Carnentrudo. Tal era a dificuldade em perceber-se onde acabava uma e começava a outra (MENEZES, 1994 apud MIGUEZ, 1996, p.45).

Não há um consenso por parte dos pesquisadores com relação ao ano exato de substituição do Entrudo pelo Carnaval. No entanto, Miguez (1996, p. 46), afirma de maneira categórica que o último quartel do século XIX foi o período no qual os elementos da

festividade Carnavalesca substituíram os jogos do Entrudo. E de acordo com o Portal Oficial do Carnaval – EMTURSA, o ano de 1884 é considerado marco decisivo para o Carnaval da Bahia.

Embora a festa já possuísse considerável porte – principalmente nos salões – é nesse ano que teve início a organização dos festejos de ruas e os desfiles de clubes, corsos, carros alegóricos e de vários populares. A partir daí ocorre a intensificação da participação do povo e aclamação do Carnaval de Rua, que até hoje caracteriza esta festa na Bahia (EMTURSA, 2009).

Dessa maneira, podemos pensar na década de 80 do século XIX como período balizador para se afirmar a substituição do Entrudo pelo Carnaval em Salvador.

A partir de 1888, ano oficial do fim da escravidão no Brasil, ocorre uma importante modificação da festa no país. Com a possibilidade de participação da camada mais pobre nos festejos Carnavalescos, houve uma resistência da elite que passou a realizar as festas em suas casas, como maneira de preservar a sua distinção, mantendo-se separada da camada mais popular. Nesse aspecto, o Carnaval poderia ser visto como uma estrutura de diferenciação entre classes sociais. Assim afirmam Silva e Carvalho (2004).

O final do século XIX é marcado pelo surgimento dos primeiros afoxés, organizados por negros. Em 1895 nasceu o afoxé, denominado “Embaixada Africana”, em 1896, surgiu o segundo afoxé, o Pândegos da África.

Nos primeiros anos do século XX, surge uma outra maneira para se “brincar” o Carnaval, o corso, também trazido da Europa. Segundo Miguez, essa manifestação:

Consistia no desfile de carruagens, posteriormente substituídas por automóveis, profusamente enfeitadas com flores e serpentinas, que conduziam famílias ou grupos de foliões luxuosamente fantasiados, durante as tardes dos dias de Carnaval, entre o sábado e a terça-feira, nas ruas centrais da cidade (MIGUEZ, 1996, p. 53).

Também no século XX nascem as Escolas de Samba e os blocos de Carnaval, representando diferentes camadas sociais. De dentro das casas dos mais nobres, a festa ganha uma dimensão mais ampla e passa a ser realizada em clubes sociais, assumindo o caráter de semi-pública, pois esses clubes tinham entrada restrita aos sócios e esses faziam parte da parcela mais rica da população. Nesse mesmo período começa a ocorrer o declínio dos clubes Carnavalescos tradicionais.

Em 1950, a dupla elétrica formada por Adolfo Antônio Nascimento, mais conhecido como Dodô – e Osmar Álvares Macedo – o Osmar, inspirados no desfile de uma entidade Carnavalesca de Pernambuco (a famosa “Vassourinha”), resolvem reformar uma velha fobica⁵ para sair às ruas tocando músicas e animando o povo. Surge então o primeiro trio elétrico em Salvador e, a partir dessa invenção o Carnaval de Salvador ganha novas configurações que abrem espaço para a propagação de uma nova lógica empresarial, e a partir dessa invenção de Dodô e Osmar, começa a ser formatada uma nova maneira de organização para a festa.

Nos anos 60, mais precisamente em 1961, acontece o primeiro desfile do Rei Momo nas ruas da cidade. De acordo com informações do Portal Oficial do Carnaval de Salvador, a década de 60 foi marcada também pela crescente aparição de trios elétricos.

De acordo com Risério (1981,1993, apud MIGUEZ, 1996, p.96), o Carnaval da década de 1970 foi marcado pelo processo denominado de “Reafricanização da Festa”. Nessa época ressurgiram os afoxés e emergiram os blocos afros, duas entidades Carnavalescas que representam a cultura de matriz afrobaiana no espaço do Carnaval. Conforme dados do Informativo da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – INFOCULTURA 2009, desde a década de 70 o número de blocos de matriz africana vem crescendo gradativamente.

Tabela 1 – Ano de Fundação das Entidades Carnavalescas. Salvador – Bahia, 2008 (%).

Ano de Fundação	Matriz Africana	Blocos de Percussão, Travestidos e Outros	Blocos de Trio/ Alternativo	Total
Até 1979	9,9	3,0	9,5	8,7
De 1980 a 1989	12,6	15,2	14,3	13,5
De 1990 a 1999	29,7	42,4	46,0	36,7
De 2000 a 2007	47,7	39,4	30,2	41,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Infocultura 2009.

Segundo Miguez (1996, p.116), os primeiros blocos de trio⁶ nascem na primeira metade da década de 70, e conforme dados da REDESIST (2008), em pesquisa realizada com 15 blocos de trio, essas entidades Carnavalescas ganham mais força alguns anos depois, mais precisamente no início da década de 80.

⁵ Nome dado a um velho Ford de 1929.

⁶ A denominação “bloco de trio” vai derivar do fato desses blocos utilizarem um trio elétrico dentro das suas cordas, em substituição às charangas e orquestras dos blocos tradicionais (MIGUEZ, 1996, p.116).

Tabela 2 – Ano de Fundação dos Blocos de Trio

Ano de Fundação	Nº. de Empresas	%
1961 - 1980	3	20,0
1981 - 1985	5	33,3
1986 - 1990	0	0,0
1991 - 1995	3	20,0
1996 - 2000	1	6,7
2001 - 2005	2	13,3
2006 - 2008	1	6,7
Total	15	100%

Fonte: RedeSist

Este processo de Reafricanização da festa e o surgimento dos primeiros blocos de trio, coincidem com aumento da densidade demográfica de Salvador, além do aumento do fluxo turístico, que já afetava diretamente as dinâmicas do Carnaval. Nesse ponto encontramos uma outra dimensão dessa festa, o Carnaval no viés de produto turístico, que, por sua vez, está atrelado à dimensão econômica da festa.

(...) nos últimos 40 anos, Salvador experimentou uma grande explosão demográfica. Sua população passou de 800 mil para 2,7 milhões de pessoas (...) É durante esse período que se percebe um aumento na demanda turística na capital baiana. Esse crescimento demográfico, somado à explosão do turismo, modificou o mercado do entretenimento em Salvador, afetando diretamente o Carnaval e todos aqueles envolvidos nesse evento (OLIVEIRA e MOTA, 2008, p.25)

Nos anos 80, a transformação do Carnaval esteve ligada à aceleração do processo de mercantilização. Inovações técnicas que iam modificando a estrutura da festa foram introduzidas. Um exemplo foi a montagem do trio elétrico do bloco “Traz ao Montes” com equipamentos de caixas de som de forma retangular, inserção de uma banda com bateria, cantor e músicos no caminhão. O bloco Eva, surgido em 1980, importou dos Estados Unidos todo o sistema de sonorização. Essas novidades exigiam grandes investimentos, e tais medidas já demonstravam a capacidade e intenção das entidades Carnavalescas em se tornarem estruturas profissionais. O Carnaval na década de 80 é caracterizado também por uma explosão de ritmos musicais e dentre eles, o mais importante, em nível de

reconhecimento nacional e internacional, o Axé Music. O precursor desse gênero no Carnaval de Salvador foi Luís Caldas com a canção “Fricote”, lançada em 1986.

Até 1992, o Carnaval de Salvador era realizado apenas na região que compreende o centro da cidade, a partir desse ano o carnaval passou a ser realizado também na região da orla de Salvador. O circuito Barra-Ondina (mais conhecido como Dodô) foi oficializado como mais um espaço para acolher os foliões que decidiam passar os dias de Carnaval na capital baiana. Apesar de ser o mais novo, é no circuito Dodô onde estão localizados os maiores camarotes, por onde passam os blocos de maior porte, onde estão os maiores patrocinadores e a maior quantidade de emissoras de televisão.

A partir de todas as transformações descritas acima, percebemos que no Carnaval de Salvador ocorreu o que podemos chamar de uma junção de uma festa que apresenta um caráter espontâneo e lúdico com uma festa de caráter mais organizado, que necessita de uma preparação prévia e tem alcançado uma grande dimensão mundial. E quando falamos de dimensão nos referimos ao sentido mais amplo da palavra; Tratamos do volume de pessoas que esta festa atrai, da sua extensão espacial e temporal, do seu calibre financeiro, e principalmente da sua importância para a cidade que durante o ano inteiro vive as emoções do Carnaval, seja pela sua preparação, pelo momento atrás dos trios e até mesmo pelas lembranças deixadas pelo que passou e a expectativa para o que virá.

A passagem do “entrudo” para o Carnaval propriamente dito vai representar um salto de escala marcado por inovações: afirmação de uma nova lógica organizacional, novo arranjo espacial dos festejos, emergência de novos atores sociais – os grupos e sociedades Carnavalescas, que se constituiriam no embrião das redes secundárias que vão, paulatinamente, comandar a realização da festa (MIGUEZ, LOIOLA, 1995, p. 02).

Assim, a grandeza do festejo Carnavalesco na cidade de Salvador está também no espaço físico que a festa ocupa, pois durante os seis dias, aproximadamente vinte e sete quilômetros de ruas e praças da cidade ficam totalmente modificados pela estrutura montada para abrigar os festejos Carnavalescos. Sendo que esse número se refere aos principais circuitos onde a festa acontece, o Circuito Batatinha – região do Centro Histórico (com o entorno dos outros dois circuitos, soma 15,5 quilômetros), o Circuito Dodô – região compreendida a partir do Farol da Barra ao bairro de Ondina (com 4,5 quilômetros) e o Circuito Osmar – região do Campo Grande e Avenida Sete de Setembro, com sete quilômetros de extensão, de acordo com dados do Portal Oficial do Carnaval de Salvador.

Além dos circuitos oficiais, a cidade realiza também o Carnaval nos bairros de Plataforma, Liberdade, Cajazeiras, Itapuã, Periperi e Pau da Lima.

Diante de toda essa dimensão, faz-se necessário um esforço de planejamento para esta ocasião, ou seja, o reconhecimento da importância de preparação para a festa, que envolve desde profissionais ambulantes, foliões, artistas, patrocinadores e Poder Público Municipal. Assim escreve a pesquisadora Linda Rubim:

O Carnaval requer, em sua organização, desde medidas relativas à organização do cortejo; inscrição das agremiações Carnavalescas; ordem e horário das atrações; decoração e sonorização das ruas e praças; reorganização espacial da cidade; bloqueio do trânsito nas vias em que se realiza a festa; policiamento; limpeza; atendimento de saúde; inspeção sanitária; organização dos serviços de apoio...; definição da localização dos camarotes; inspeção nos trios elétricos(...) (RUBIM, L., 2005, p.19).

Paulo Miguez aponta dimensões específicas e particulares dos vários carnavais brasileiros e dentre eles destaca os de Salvador e Recife demonstrando que o Brasil não é o país do Carnaval, e sim, um país de muitos carnavais. Para o autor:

O Carnaval pernambucano tem seu perfil mais associado às idéias de tradição e a participação popular. O Carnaval baiano, por sua parte, é obviamente uma festa também de grande participação popular, e que tem mais a incorporar a mistura entre as tradições e a atualidade que, por exemplo, as festas Carnavalescas pernambucanas⁷ (MIGUEZ, 2008, p.01) (Tradução nossa).

Estas diferenças elencadas por Miguez e outras mais existentes, nos permitem pensar que parte dessa diferença pode estar atrelada também ao modelo de gestão adotado para a concretização do Carnaval e, por isso, desde a sua origem até os dias atuais essa festa vem se configurando de diferentes maneiras nos espaços em que é realizada.

A partir desse momento esperamos ir além à definição do termo festa para tratar da importância da aplicação de estratégias administrativas para a sua realização, considerando, porém, que o Carnaval é uma manifestação cultural e por isso, deve-se levar em conta as especificidades inerentes a esse setor. Nesse ponto surge a importância da figura do gestor cultural, profissional que, de acordo com Maria Helena Cunha (2005), vem ganhando destaque no Brasil a partir da década de 80 e, segundo Linda Rubim (2005), a partir dos

⁷ El Carnaval pernambucano tiene su perfil más asociado a las ideas de la tradición y la participación popular. El Carnaval bahiano, por su parte, es obviamente una fiesta también de gran participación popular, incluso que tiende más a incorporar la mezcla entre las tradiciones y la actualidad que, por ejemplo, las fiestas Carnavalescas pernambucanas (Miguez, 2008).

estudos de Antonio Gramsci, o gestor cultural é um dos elementos que configuram o sistema cultural. Dessa forma, o sistema cultural é composto por três tipos de intelectuais: os criadores, nessa categoria estão os artistas e cientistas; os que difundem a criação, são os educadores e profissionais da comunicação; e os responsáveis por organizar a cultura, aqui estão os gestores, mediadores e produtores culturais.

Entendendo a complexidade do sistema da cultura, principalmente no contexto atual, Albino Rubim (2005) também sugere uma espécie de divisão no interior desse campo. Para o autor, o sistema cultural é subdividido em momentos que se interligam: Criação, invenção e inovação; Divulgação, difusão e transmissão; Troca, intercâmbio e cooperação; Preservação e conservação; Análise, crítica, estudo investigação. Pesquisa e reflexão; Consumo; e Organização. Nesse último momento citado por Rubim (2005), está o intelectual responsável pela organização e gestão da cultura em sentido mais amplo e pela organização de eventos pontuais de pequeno, médio e grandes portes.

Devemos assim, pensar na relação existente entre cultura, gestão e festa e não mais associar festa a um simples momento de descontração desregrada, como se para a realização do lúdico não houvesse necessidade de uma maior organização e planejamento, como pensa o senso comum. Para contrapor essa visão predominante do senso comum, autores como Rosa Villas Boas concordam que: "... aplicação de ferramentas da gestão empresarial no setor cultural promoverá uma organização maior, sem, contudo, provocar a perda do foco do nosso negócio da criatividade, tão inerente ao setor" (BOAS, 2005, p.102). A criatividade observada por Vilas Boas, se relaciona com o que dissemos sobre não se perder a espontaneidade com a adoção de sistemas normatizados.

Surge a necessidade do que Cláudia Leitão (2003) denomina de Planejamento Estratégico da Cultura, ou seja, a capacidade de pensar ações para o campo da cultura, que como dissemos, apresenta peculiaridades que precisam ser coordenadas, e por isso o planejamento tão falado nas disciplinas administrativas deve ser colocado em prática também para organizações do campo cultural. Identificamos a essencialidade do planejamento não só para as instituições do campo da cultura, mas também nos eventos nos quais as dimensões culturais se apresentam.

A criação de um planejamento estratégico para uma organização em face de si mesma e do mundo circundante, ou seja; mais do que planejar pontualmente uma organização, a gestão estratégica é um trabalho contínuo de estabelecimento de estratégias de custo e diferenciação, de definição de

condições e critérios de controle dos fatores de sucesso, de levantamento de cenários e de respostas estratégicas (...) (LEITÃO, 1993, p.123)

Linda Rubim (2005), defende também que a cultura é uma atividade, como toda prática social humana, que requer organização. Assim, podemos falar do Carnaval como um exemplo da necessidade de organização do campo cultural, mesmo quando tratamos de um momento singular de uma manifestação cultural como a que temos nessa festividade realizada em Salvador.

Faremos um estudo que se atém à atuação da Prefeitura de Salvador para a realização do Carnaval, a fim de perceber o que foi alterado até se chegar à configuração atual e quais as conseqüências e dificuldades encontradas a partir do modelo de gestão adotado pelo Poder Público para gerir esse festejo.

Consideramos importante avaliar o mandato político dos prefeitos de Salvador, com maior destaque a partir da década de 90, na perspectiva da organização do Carnaval; verificar como a festividade carnavalesca está articulada com as políticas culturais e como se dá a política de gestão para a montagem dessa festa. Apresentaremos a seguir os principais atores institucionais envolvidos na organização do Carnaval soteropolitano e suas especificidades para a organização e produção da festividade carnavalesca.

3. POLÍTICA, CULTURA, GESTÃO DO CARNAVAL

Como foi dito anteriormente, esse capítulo visa tratar das administrações públicas municipais de Salvador dos últimos vinte e quatro anos, com foco nas ações de cada uma para a realização do Carnaval. Mas, antes de partirmos para o ponto principal dessa pesquisa faremos uma breve trajetória das políticas culturais desenvolvidas nas gestões municipais de Mário Kertséz, Fernando José, Lídice da Mata, Antônio Imbassahy e João Henrique. Sentimos essa necessidade por entendermos o Carnaval não só como produto turístico de Salvador, mas também como uma manifestação cultural que requer o envolvimento do Poder Público para a viabilização e regulação dessa grande festa. Verifica-se assim a necessidade de avaliar as políticas culturais desenvolvidas durante esses anos, como e se estiveram voltadas para atender às especificidades e particularidades, principalmente no que diz respeito às estratégias de aparelhamento de uma manifestação que adquire a dimensão do Carnaval de Salvador. Para entender tais políticas é interessante que se tenha um maior conhecimento sobre o conceito de políticas culturais. Para tal utilizamos como referência o conceito formulado por Canclini que afirma ser política cultural:

Conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e os grupos comunitários a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social (Canclini, 2001, p.65)

Teixeira Coelho complementa a visão de Canclini e define política cultural como sendo:

(...)um conjunto de iniciativas que visam promover a produção, distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho democrático por elas responsável (COELHO, 1997, p.293).

Veremos assim, como cada uma dessas gestões públicas municipais enxergava o campo da cultura e, em especial, como se empenharam para a realização do Carnaval de Salvador. Destacamos, porém, que será dada uma maior ênfase a partir da administração da prefeita Lídice da Mata pelo fato de a década de 90 representar um marco da gestão pública municipal do Carnaval de Salvador, podendo ser considerado um “divisor de águas” para a estrutura de organização dessa festa.

Para isso, dividimos esse capítulo em tópicos que tratam separadamente da administração de cada um dos prefeitos bem como a natureza dos arranjos institucionais que se formaram para a gestão dessa grande festividade entre os anos de 1985 a 2009. Apresentaremos também, quando possível, dados indicadores do Carnaval para avaliarmos as estruturas de governança nas diferentes gestões municipais. Infelizmente não tivemos acesso a documentos oficiais antecedentes ao ano de 1997, por isso a análise da gestão do Carnaval no período precedente à administração da prefeita Lídice da Mata será feita muito mais com base em entrevistas.

3.1 GOVERNO DE MÁRIO KERTÉSZ

O momento em que Mário Kertész foi eleito prefeito de Salvador, para seu segundo mandato (1986 a 1988), foi marcado pela retomada de autonomia do município em relação a política nacional, já que antes desse período vivíamos no Brasil o Regime Militar e não tínhamos eleição para prefeitos, que eram indicados pelo governador do Estado. Nesse sentido, no governo de Kertész, houve a tentativa do Poder Público Municipal em recuperar para si o campo de atuação das políticas da cidade, que aquele momento era dependente do Governo Estadual, em todos os setores, inclusive no setor cultural.

Mário Kertész no seu primeiro mandato (1979 a 1981) como prefeito de Salvador, foi prefeito biônico⁸ indicado pelo governador Antônio Carlos Magalhães, no entanto, as relações entre os dois ficaram complicadas e Kertész adere ao PMDB em 1982. Kertész é lançado pelo PMDB para candidato às eleições diretas em Salvador, sendo eleito em 1985, ano que marca o fim da Ditadura Militar no Brasil. A redemocratização no ano de 1985 traz para o país, estados e municípios expectativas que giram também em torno da cultura. Um fato que comprova essa afirmação foi a criação do Ministério da Cultura no governo José Sarney (1985 a 1989) e a criação da Lei Sarney, primeira legislação brasileira que permitia concessão de incentivos fiscais às empresas que demonstrassem uma atitude de investir na atividade cultural. Sabemos que existem pontos negativos na forma como esses incentivos fiscais são feitos pelo Estado, no entanto, reconhecemos que a criação de uma lei específica para desenvolver determinado setor da sociedade tem os seus pontos positivos.

⁸ Prefeito biônico era denominação para as figuras públicas políticas escolhidas pelas Forças Armadas para assumir o cargo de administrador do município durante o regime militar no Brasil. Na realidade, o prefeito biônico não possuía autonomia política, as decisões eram sempre tomadas pelo Governo Central.

Com a retomada do sistema de eleição direta para prefeito houve uma tentativa de maior autonomia do Poder Público Municipal para atuar de maneira mais efetiva na tomada de decisões que intervinham em diversos setores da sociedade, inclusive o cultural.

Em âmbito municipal, como afirmam Koop e Albinati (2004) a campanha de Kertész para Prefeitura colocava a cultura como importante foco da política pública. Uma importante ação de Mário Kertész à frente do governo foi a criação da Fundação Gregório de Mattos (FGM), trazendo para o Poder Público Municipal a responsabilidade sobre o campo cultural. A FGM foi criada para ser órgão municipal responsável pelas políticas culturais, que até então eram assumidas apenas pelos órgãos estaduais, apesar de reconhecermos que nem sempre essa instituição funcionou como deveria.

A FGM foi anunciada como órgão autônomo da Prefeitura para o fomento à cultura, ocupando o papel semelhante ao de uma secretaria de cultura, entretanto, constituída como autarquia, o que permitiria uma gestão mais ágil e independente da burocracia governamental (Albinati, Koop, 2004, 09)

Todas essas mudanças que aconteciam nos campos político e cultural desencadearam modificações em aspectos mais particulares da cidade, e queremos nos ater aqui às alterações na estrutura organizacional do Carnaval de Salvador, já que até 1986 era também uma responsabilidade do governo estadual.

Até 1986, a Prefeitura fazia um convênio com a BAHIATURSA⁹ e repassava para essa instituição estadual a atribuição de planejar, coordenar e executar o Carnaval de Salvador, ratificando a completa dependência do município com relação ao Poder Público Estadual. De tal modo que, no período precedente a eleição de Mário Kertész, a BAHIATURSA era o órgão maior responsável pela gestão da festividade carnavalesca em Salvador.

No ano de 1986, Mário Kertész estende seus projetos de governo ao Carnaval de Salvador e uma das suas ações foi cancelar o contrato da Prefeitura com a BAHIATURSA, determinando que a organização e planejamento do Carnaval deveriam ser responsabilidades do Poder Público Municipal. Entre as primeiras deliberações do prefeito estavam, além da criação da Fundação Gregório de Mattos, a criação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), da coordenação de Produções Artísticas e da Empresa de Turismo de Salvador S/A – EMTURSA. A última delas, a partir de 1991, passa a ser uma das instituições de maior força e importância no Carnaval de Salvador, fato que trataremos mais adiante.

⁹ Órgão oficial de turismo da Bahia, responsável pela coordenação e execução de políticas de promoção, fomento e desenvolvimento do turismo no Estado.

Com o retorno do Carnaval para as deliberações da Prefeitura, foi preciso uma estratégia de planejamento e execução para essa festa, como afirma Merina Aragão¹⁰ em entrevista para essa pesquisa. Conforme Aragão, o início do calendário Carnavalesco de 1986 estava muito próximo ao início do ano, então foi necessária a formação de uma comissão especial voltada exclusivamente ao planejamento dessa festa. De acordo com a Gerente do Carnaval, o prefeito Mário Kertész tinha duas pessoas ligadas a ele e que demonstravam afinidade com a festa. Essas pessoas eram: o jornalista Oldack Miranda e o ex-candidato a vereador, Manuel Rocha, e para completar essa comissão, o prefeito solicitou também um representante da Secretaria de Serviços Públicos (SESP). Eram atribuições dessa secretaria: a limpeza urbana, ordenamento dos ambulantes que comercializam no espaço da festa, barraqueiros e iluminação. Para essa função foi indicada Merina Aragão, hoje gerente do Carnaval da SALTUR (antiga EMTURSA). Também fez parte dessa equipe o jornalista José Henrique Barreto, representante da Secretaria de Comunicação que ficaria encarregado do trabalho de comunicação do Carnaval.

Formada a comissão descrita acima, tiveram início as atividades para concepção do Carnaval de 1986. De acordo com Merina Aragão, como havia pouco tempo para realizar a festa, Mário Kertész optou por tomar uma medida de urgência e entrou com um pedido para contratar serviços diretamente, sem passar por processo de licitação. Dessa maneira, não foram abertos os processos licitatórios para contratação de serviços de infra-estrutura, iluminação, decoração da cidade, entre outros essenciais no Carnaval.

O término do Carnaval de 86 significou também a dissolução do grupo coordenador montado para gerir a festa, cada profissional que estava inserido nesse grupo retornou às suas atividades cotidianas nos seus órgãos de origem. Ainda neste ano, vendo a necessidade de cuidar de maneira antecipada dos preparativos do Carnaval, Mário Kertész nomeou como coordenador da festa, Wally Salomão (poeta, letrista e produtor cultural), que assumiu essa posição nos carnavais de 87 e 88. Com a coordenação de Wally, foi montada uma nova equipe gestora para o evento Carnavalesco. Conforme foi dito por Merina Aragão em entrevista, o Carnaval de 1987 ainda foi organizado improvisadamente, as tarefas foram divididas entre os membros da comissão em função dos conhecimentos e afinidades. Segue depoimento de Merina:

¹⁰ Gerente do Carnaval da SALTUR.

No meu caso, como eu era e sou funcionária da Prefeitura há muitos anos e tinha um bom conhecimento técnico da estrutura municipal (...)Eu nunca tinha trabalhado com a coordenação executiva do Carnaval, eu sou da LIMPURB, entrei na LIMPURB em 1979, então trabalhei na parte de projetos de limpeza urbana da Prefeitura e depois fui trabalhar com as atribuições da SESP no Carnaval, então fiquei com essa parte de articulação entre os órgãos para infra-estrutura do Carnaval (Informação verbal)

No Carnaval de 1987 afluíram-se a discussão em torno das cordas dos blocos de trio. O espaço ocupado pelos blocos de trio, envoltos por cordas que separavam o sócio dessas entidades do folião pipoca¹¹, começava a ser alvo de críticas. Entretanto, assim como acontece atualmente, conforme Merina afirmou, Wally Salomão percebeu que havia toda uma organização envolvendo os atores da festa, e que se tivesse uma postura radical de acabar com as cordas dos blocos não teria sucesso na função que lhe foi atribuída pelo prefeito Mário Kertész, afinal de contas os blocos já se mostravam estruturas gerenciais fortalecidas. Talvez aí tenha se iniciado a ligação do lúdico ao profissional que desencadeia o processo de mercantilização do Carnaval de Salvador, pois esses blocos se transformaram em empresas e passaram a ditar muitas das regras do mercado que se formava.

Além da equipe gestora do Carnaval, apresentada acima, Mário Kertész criou um órgão que na época era o mais forte da Prefeitura, a RENURB (Companhia de Renovação Urbana). O Carnaval precisava de um apoio institucional para fazer as licitações, pagamentos e prestação de contas, ou seja, uma “CNPJ” para desenvolver as atribuições jurídicas com a festa Carnavalesca. Merina Aragão compara a RENURB ao que hoje é a SALTUR¹² no que se refere ao suporte institucional ao Carnaval de Salvador.

Em suma, esses foram os cenários político e cultural no qual o festejo carnavalesco de Salvador esteve inserido na gestão municipal de Mário Kertész que teve na criação da EMTURSA um fator que deslocou o Carnaval para o âmbito turístico da cidade. Por isso, criamos em separado um subitem para tratar mais especificamente desse órgão que mais a frente faria parte da estrutura organizacional dos festejos Carnavalescos na Bahia.

¹¹ Denominação dada ao folião que sai às ruas sem blocos ou que não pagam para ir ao camarote.

¹² A Empresa de Turismo S/A (EMTURSA) teve seu nome alterado para Empresa Salvador Turismo (SALTUR) em 2009.

3.1.1 A EMPRESA DE TURISMO S/A – EMTURSA

Em 18 de fevereiro de 1986, foi constituído nos termos da Lei nº 3.601, a Empresa de Turismo S/A(EMTURSA), vinculada a Prefeitura Municipal de Salvador. A EMTURSA foi criada com as funções de planejar, executar e fomentar as atividades turísticas de Salvador, a fim de promover o Município como produto turístico em âmbito nacional e internacional. E dentro dessas atividades, a partir da década de 90, está a atribuição de órgão executor do Carnaval de Salvador, atuando no planejamento, coordenação e execução dessa festa. De acordo com o capítulo 2 (estrutura Organizacional), Art. 2º do regimento interno da EMTURSA, a Empresa de Turismo S/A tem na sua estrutura básica:

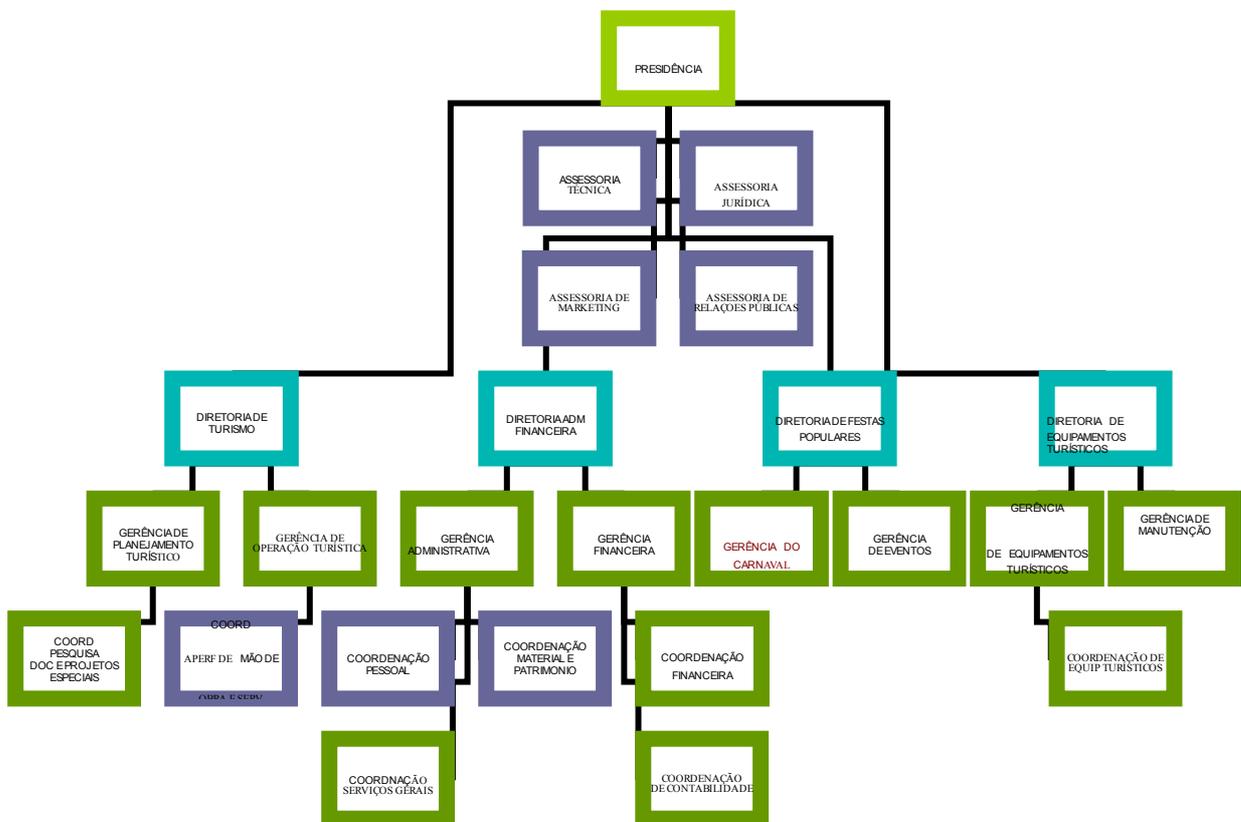
Assembléia Geral; II. Conselho de Administração; III. Conselho Fiscal; IV. Diretoria Executiva: A) Presidência: 1)Assessoria Técnica; 2)Assessoria Jurídica; 3) Assessoria de Marketing; 4) Assessoria de Relações Públicas B) Diretoria de Turismo: a. Gerência de Planejamento Turístico: 1.1. Coordenação de Pesquisa, Documentação e Projetos Especiais; b. Gerência de Operação Turística: 1.1. Coordenação de Mão-de-Obra e Serviços Turísticos. C) Diretoria Administrativa e Financeira: a. Gerência Administrativa: 1.1. Coordenação de Pessoal; 1.2. Coordenação de Material e Patrimônio; 1.3. Coordenação de Serviços Gerais. b. Gerência Financeira: 1.1. Coordenação Financeira; 1.2. Coordenação de Contabilidade; D) Diretoria de Festas Populares: 1) **Gerência de Carnaval**; 2) Gerência de Eventos; E) Diretoria de Equipamentos Turísticos: 1) Gerência de Equipamentos Turísticos: 1.1. Coordenação de Equipamentos Turísticos; 2) Gerência de Manutenção. (EMTURSA, 2004).

A EMTURSA possui uma Diretoria que cuida exclusivamente das festas populares e nela está inserida a Gerência do Carnaval, a qual compete as funções de: elaboração do Planejamento Estratégico do evento, articulação com os órgãos da esfera municipal, estadual e federal para estabelecimento de parcerias para a construção do Evento; levantamento de recursos (pessoas, material, sistemas, equipamentos) para a realização do Carnaval no âmbito da Emtursa; Planejamento da estrutura física da cidade; planejamento dos espetáculos a serem realizados durante o evento, articulando com as entidades Carnavalescas, associações e Conselho Municipal do Carnaval(órgão deliberador no Carnaval, será tratado mais adiante); Elaboração da programação dos espetáculos de bairros e desfile dos circuitos do Carnaval; Definir o quadro operacional para realização do evento; Acompanhamento e gestão dos espetáculos do evento através de sistemas de informação; Fornecer informações de caráter

público para divulgação; Elaboração de relatório final do evento, agrupando resultados e indicadores históricos para planejamento dos próximos eventos¹³.

Para melhor compreensão do sistema hierárquico dessa importante instituição organizadora do Carnaval de Salvador, achamos por bem trazer o organograma ilustrado a fim de permitir uma visualização da estrutura básica da EMTURSA e a posição da Gerência do Carnaval no esquema organizacional.

Figura 1 - Organograma SALTUR



Fonte: SALTUR

¹³ Informações extraídas do regimento Interno da SALTUR

3.2 GOVERNO DE FERNANDO JOSÉ

O contexto político municipal de 1988 é caracterizado pelo momentâneo declínio do carlismo, que se concretiza quando o quadro eleitoral é definido com a vitória de Fernando José, candidato do PMDB, um anticarlista moderado apoiado por Mário Kertész. No momento da eleição para o Poder Público Municipal houve um rompimento entre o grupo peemedebista liderado por Waldir Pires, então governador da Bahia e o grupo ligado a Mário Kertész e o empresário de comunicação, Pedro Irujo. Isso porque Mário Kertész tinha a intenção de viabilizar a candidatura de Gilberto Gil, na época presidente na Fundação Gregório de Mattos, para prefeito de Salvador, mas a escolha não foi apoiada por Waldir Pires. Surge então o nome do radialista Fernando José, apresentador de um programa de rádio na TV Itapoan que, por sinal, pertencia a Pedro Irujo. Formou-se assim uma aliança entre Pedro Irujo e Mário Kertész contra o governador Waldir Pires.

Apesar do apoio que o prefeito Fernando José tinha de Mário Kertész e Pedro Irujo, ao longo do seu mandato ele demonstrou incapacidade de articulação política, rompendo com Mário Kertész, após divulgação de dados reveladores sobre esquemas de corrupção no governo antecessor (LEAL, SOUZA, 2005, p.2).

Fernando José foi eleito com um programa que praticamente ignorava o campo cultural. A própria campanha dele se voltava para o setor de obras públicas e serviços, o que se compararmos a gestão anterior foi um retrocesso para o setor cultural, pois o governo Kertész, de certo modo, deu uma maior atenção à cultura.

Durante o governo Fernando José a política cultural nacional passava por momentos não muito felizes. O Neoliberalismo estava aflorado e ganhou ainda mais força com a eleição de Fernando Collor de Mello para a presidência, em 1989. E como a política neoliberal pressupõe a diminuição da intervenção do Estado na economia, o setor cultural, que como outros setores da sociedade precisa do incentivo estatal para se desenvolver, sentiu o avanço neoliberal com intensidade.

Adaptando-se ao contexto nacional, em Salvador foi promulgada, em 1990, a Lei 4.280, conhecida como Lei Alfaya. Essa lei se inspirava na Lei Sarney dando incentivos fiscais para a iniciativa privada que apoiasse projetos culturais. Então, da mesma forma que era feito na política nacional, o prefeito de Salvador deixava a cargo das empresas a responsabilidade de formular diretrizes para a política cultural local. Essa política adotada por

Fernando José terminou por reduzir a intervenção da Fundação Gregório de Mattos nos projetos para a cidade, já que as ações desse governo para o campo cultural demonstram a sua visão restrita de cultura, apenas voltada para restauração e preservação do patrimônio histórico. (LEAL, SOUZA, 2005). Os projetos voltados para a cultura no sentido mais dinâmico não foram bem desenvolvidos pelo governo Fernando José. A Fundação Gregório de Mattos tinha uma limitada participação no incentivo a projetos voltados para o patrimônio imaterial e festas populares, incluindo aqui a pouca participação dessa Fundação no planejamento e realização do Carnaval de Salvador.

A limitada participação da FGM na organização do Carnaval é mais um dado revelador da concepção de cultura do governo Fernando José. Ao contrário do que ocorre em outras cidades brasileiras, a exemplo de Recife, o órgão responsável pela cultura não organiza o Carnaval de Salvador, função esta atribuída à Empresa de Turismo de Salvador (EMTURSA) (SOUZA, LEAL, 2005, p.07).

Como a candidatura de Fernando José fora apoiada por Mário Kertész, decerto não trouxe grandes rupturas ao que havia sido desenhado por Kertész para a coordenação do Carnaval de Salvador. Antes mesmo de terminar o mandato de Kertész já se trabalhava o Carnaval do ano seguinte, que seria executado já na gestão municipal de Fernando José.

No entanto, como é de praxe na política do nosso país e por extensão dos estados e municípios, muda-se o comandante, troca-se a equipe, e de certa forma, ainda que não em sua totalidade, foi o que aconteceu com o grupo que organizava o Carnaval de Salvador. Ao ser eleito, Fernando José nomeou um outro coordenador para a festa, contratou para essa função o radialista e muito ligado aos blocos e artistas, Cristóvão Rodrigues. Na gestão do prefeito Fernando José, o apoio institucional para as atividades ligadas ao Carnaval não era mais dado pela RENURB, e, apesar de não ter havido modificações nas ações voltadas para o planejamento e execução do Carnaval, de acordo com Merina Aragão, nos primeiros anos de gestão a Prefeitura mostrava-se menos preparada para dar conta dos preparativos Carnavalescos. Como afirma Merina Aragão em entrevista:

Acabava o ano, aí a Prefeitura lembrava que o Carnaval era daqui há pouco tempo, montava de uma maneira muito improvisada (na época de Wally a gente tinha mais organização), montava o Carnaval novo, pra valer no fim do ano, quando começava o ciclo de festas populares e aí era aquela correria para fazer as licitações, contratar serviços, era uma loucura (Informação verbal).

O desabafo da atual Gerente do Carnaval deixa claro a urgência da adoção por parte do Poder Público Municipal de estratégias gerenciais para o Carnaval de Salvador. Para suprir essa e outras demandas, em 1990, a Câmara de Vereadores fez uma nova constituinte para a cidade de Salvador. Essa nova constituição é denominada de Lei Orgânica do Município e no capítulo “Cultura” dessa nova lei, é instituído o Conselho Municipal do Carnaval e estabelecido que dali para frente a EMTURSA seria o órgão gestor do Carnaval. A Câmara entendeu que o Carnaval era o maior produto turístico da cidade e como a EMTURSA respondia pelas políticas de turismo no município, o Carnaval passou a ser uma atribuição desse órgão. Assim, a Lei Orgânica estabeleceu que o Carnaval não era um produto a ser tratado apenas culturalmente, mas sim era mais importante a sua vocação turística.

De acordo com Merina Aragão, a adoção do Carnaval como produto turístico foi um divisor de águas na organização da festa. Desde então, coube à EMTURSA fazer todo o planejamento da festa, os processos licitatórios, contratação de serviços, montagem, operacionalização da festa, avaliação, pagamento, prestação de contas e, até mesmo, encaminhar o material para ser analisado pelo Tribunal de Contas.

As atividades definidas para a empresa, como se vê, não se atém ao campo da organização para o turismo, penetrando no campo da cultura e se referindo a aspectos essenciais deste, como a ampla preservação de valores e manifestações que compõem o texto identitário da baianidade. A organização das festas populares da cidade era também uma responsabilidade da Emtursa, além da produção do Carnaval de Salvador, uma festa que, além de ser a mais emblemática na cultura da cidade, demonstra o forte potencial econômico das manifestações culturais (ALBINATI, KOOP, 2004, p.12)

Houve e há ainda uma séria discussão de que as práticas que foram adotadas para o Carnaval de Salvador terminam por impactar a sua dimensão cultural, por isso questiona-se a ausência da Fundação Gregório de Mattos e Fundação Cultural do Estado da Bahia entre os representantes do Conselho Municipal do Carnaval, cuidando para que não se perca a multiplicidade de culturas na festa. Temos, pois, como fato importante no governo Fernando José a criação do Conselho Municipal do Carnaval, abordaremos a seguir como esse Conselho está estruturado e suas atribuições no Carnaval de Salvador.

3.2.1 CONSELHO MUNICIPAL DO CARNAVAL (COMCAR)

O Conselho Municipal do Carnaval foi criado através do Art. 260 do Capítulo VIII, relativo à Cultura, da Lei Orgânica do Município, de 1990 e regulamentado pela lei nº 4.538/92. A Lei Orgânica determina que a partir de 1992, a gestão do Carnaval deveria ser feita com a participação de representantes da Prefeitura, governo estadual e um órgão que representasse a sociedade civil, sendo este o Conselho Municipal do Carnaval (COMCAR).

De acordo com o artigo 2º da lei 4.538/92, “o Conselho Municipal do Carnaval é um órgão de deliberação coletiva e representativo das Entidades, instituições públicas e da sociedade e tem por finalidade definir critérios e regras de apresentação, seleção e composição dos participantes do Carnaval, bem como fiscalizar a sua gestão”. Sentiu-se a necessidade de criação desse colegiado, pois antes dele, o prefeito escolhia as atrações da festa de acordo com seus interesses pessoais e a partir da instituição do Conselho Municipal do Carnaval essa escolha passou a ser regulamentada através da existência de uma seleção pública para a escolha dos artistas contratados pelo Poder Público.

O COMCAR é composto por 25 membros representantes de órgão e entidades vinculadas ao quadro executivo e funcional do Carnaval. São eles: Associação dos Blocos de Salvador; Associação dos Blocos de Trios; representante dos Blocos de Percussão, representante dos Blocos Afros e Afoxés; representante do Sindicato dos Músicos; representante da Associação dos Barraqueiros de Festas Populares; representante da Emtursa e Bahiatura; representante da Polícia Militar e Polícia Civil; representante da Associação de Cronistas Carnavalescos; representante da Secretaria de Saúde Municipal e Estadual; representante do Juizado de Menores; representante do Poder Legislativo; representante do Executivo Municipal; representante da Federação dos Clubes Sociais da Bahia; representante da Federação dos Clubes Carnavalescos da Bahia; Sindicato dos Vendedores Ambulantes e Feirantes de Salvador; representante dos Blocos de Índios; Associação dos Trios Elétricos Independentes; Associação de Empresas de Iluminação e Sonorização, representante da Associação dos Artistas Plásticos Modernos da Bahia; representante do CBTUR (Conselho Baiano de Turismo).

Há no Conselho uma Mesa Diretora eleita pelos conselheiros uma vez ao ano. Essa Mesa é composta por cinco membros: Presidente, vice-presidente, suplente do vice-presidente, secretário e suplente do secretário. Mensalmente essa Mesa Diretora e os outros conselheiros se reúnem no auditório da SALTUR (antiga EMTURSA) para definir as metas e

ações para o Carnaval. De acordo com o artigo 4º da lei 4.538 / 92, dia 15 de maio de cada ano o Conselho Municipal do Carnaval elege, para um mandato de um ano, a sua Mesa Diretora.¹⁴

A Lei Orgânica instituiu também a Coordenação Executiva do Carnaval, nos termos dessa lei, a coordenação deve ser formada por três membros: o coordenador Executivo que é eleito pelo COMCAR, um representante do Município, indicado pelo Prefeito e um representante do Governo estadual. Segundo o artigo 6º da lei Orgânica do Município, cabe à essa coordenação executiva toda a parte operacional do Carnaval, desde a contratação de trios elétricos independentes, cantores, blocos, músicos, à montagem da infra-estrutura nos circuitos.

Apesar de ter sido regulamentado na gestão municipal de Fernando José, foi a partir do governo Lídice da Mata que o Conselho Municipal do Carnaval passou a ter uma participação mais ativa na gestão do Carnaval de Salvador, segundo Cloves Carneiro, representante dos Blocos de Percussão, em entrevista para a presente pesquisa.

Já na administração do prefeito Imbassahy o Conselho não teve um coordenador executivo do Carnaval, ou seja, a EMTURSA consultava diretamente o Conselho sem um intermediário. Imbassahy se autodenominou o coordenador do Carnaval, apagou a figura do coordenador executivo do COMCAR e com essa deliberação o ex-prefeito foi acusado de favorecer alguns grupos do Carnaval em detrimento de outros.

Segundo o representante dos grupos de percussão do Carnaval, foi no mandato de João Henrique que o Conselho Municipal do Carnaval passou a assumir maior poder de decisão sobre as estratégias organizadoras do Carnaval de Salvador. “Hoje as atribuições estão mais claras, sabemos qual órgão cuida do quê.” (Informação verbal).

Apesar da criação do Conselho Municipal do Carnaval ter aprimorado alguns aspectos organizacionais do Carnaval de Salvador, existem nesse órgão deficiências que precisam ser corrigidas como medida para alterar o padrão de gerenciamento do Carnaval da cidade, que pesquisadores e gestores afirmam estar falida, ultrapassada. Uma das grandes deficiências do COMCAR está na pouca ou nenhuma alteração dos membros que compõem esse importante

¹⁴ Em 15 de maio de 2009 foram eleitos para os cargos de Presidente e Coordenador Executivo do Carnaval, respectivamente, Fernando Boulhosa, representante da Associação dos Blocos de Trio e Reginaldo Santos, representante da Associação dos Blocos de Salvador.

órgão gestor da festa. Trataremos de maneira mais analítica essa e outras questões no próximo capítulo deste trabalho.

3.3 GOVERNO DE LÍDICE DA MATA

A vitória eleitoral de Lídice da Mata, em 1992, foi conseguida através da coligação entre partidos (Frente Salvador Amor e Luta), composta pelo PSDB, PV, PDT, PPS, PSB, PC do B, PMN, PT e, mais tarde, PMDB. Essa coligação foi formada para enfrentar com mais força o poder que o governador ACM tinha sob a capital baiana. Em âmbito nacional, havia também um clima que favorecia a candidatura de Lídice da Mata, o impeachment do então presidente Fernando Collor, que era explicitamente apoiado pelo governador Antônio Carlos Magalhães. Apesar desses pontos favoráveis para sua eleição, no mandato político Lídice não encontrou o mesmo ambiente favorável. Quando Prefeita, Lídice não contou com apoio da Câmara Municipal, da mídia (que era marcada pela hegemonia da TV Bahia), além do enfraquecimento da coligação que a tinha levado ao comando do Poder Público Municipal. Sua gestão sofreu também com a escassez de recursos para viabilizar projetos de interesse executivo, o que dificultou bastante a administração do município. Para Lídice, um dos motivos para o isolamento financeiro de Salvador poderia ser atribuído à aliança entre o PSDB, na política nacional, o PFL, a nível estadual.

Em 1994, não recebemos um tostão do Governo Federal nem do Governo do Estado. Temos um Governo do Estado competindo com o Governo do Município, fazendo obras permanentemente no município, estabelecendo uma política de governo paralelo (Lídice da Mata. In. LESBAUPIN, Ivo 1996, p. 169, apud ALCÂNTARA e SILVA, 2005).

Este cenário político no período Lídice da Mata trouxe conseqüências para todos os campos sociais, envolvendo mais uma vez o campo da cultura. Em esfera nacional, no mandato de Fernando Collor de Mello (1990-1992), os incentivos na área da cultura tiveram um decréscimo, nessa gestão o Ministério da Cultura é extinto, voltando a ser construído na gestão de Itamar Franco, posterior a Collor. De acordo com Alcântara e Silva (2005), no governo de Itamar Franco os incentivos à cultura voltam a crescer, além disso, em 1991 é criada a Lei Federal de Incentivo à Cultura, mais conhecida como Lei Rouanet.

Em âmbito estadual as políticas voltadas à cultura assumem um teor vinculado à indústria cultural, partindo do pressuposto de que o campo cultural é um fator de

desenvolvimento econômico. E seguindo o mesmo caminho do governo federal, o governo estadual cria em 1996, final da gestão Lídice no município, a Lei Estadual de Incentivo à Cultura (FAZCULTURA).

A administração municipal de Lídice da Mata visava a realização de ações integradas nas diversas dimensões da vida urbana (política, econômica, social e cultural). (LEAL e SOUZA, 2005). Desse modo veremos como a prefeita enxergava o campo cultural e quais foram as suas ações para o desenvolvimento e articulação desse campo aos outros da vida social.

No mandato de Lídice foram elaborados dois programas para estabelecer a atuação do governo nas diferentes áreas. O primeiro deles foi o PRODAE (Programa de Desenvolvimento e Ações Estratégicas), criado em 1993. Esse programa apresentava doze áreas prioritárias para realização de projetos, além de atividades voltadas para o desenvolvimento econômico da cidade e, entre essas áreas estava a cultura que aparecia vinculada ao turismo e a comunicação. Apresentado da seguinte forma:

VIII - Cultura, Comunicação e Turismo correspondendo a ações para a preservação do patrimônio histórico e de identidade cultural do povo de Salvador e para o desenvolvimento do turismo, com ênfase especial às festas populares e ao Carnaval (PMS, 1993, p.2, apud, ALCÂNTARA e SILVA, 2005).

O outro programa elaborado na gestão de Lídice, em 1994, foi o Plano Estratégico da Administração Municipal, que tinha como metas: a organização do arquivo histórico municipal, utilização da lei de incentivo, aumento da rede de bibliotecas, promoção de ações no campo erudito e no popular, instalação de equipamentos culturais, recuperação e criação de centros de cultura e bibliotecas. Nesse programa, a cultura também estava atrelada à dinâmica do fluxo turístico com especial atenção para a conservação de acervos culturais que promovessem uma interação entre cultura, turismo e mercado (ALCÂNTARA E SILVA, 2005).

Podemos constatar essa dependência da cultura em relação ao turismo ao analisarmos a atuação da Fundação Gregório de Mattos, órgão que deveria ser o responsável pela formulação de políticas culturais no município, mas que teve uma atuação restrita e subordinada a outros setores da Prefeitura, em especial a Empresa de Turismo de Salvador – EMTURSA e a Secretaria de Comunicação. Como na administração de Lídice surgiam indícios da cultura interligada ao turismo, algumas das ações culturais de Salvador foram

encaminhadas para a EMTURSA. Dentre as importantes atividades desenvolvidas pela EMTURSA com o intuito de desenvolver o setor turístico e manter sua articulação com o setor cultural estavam as ações de planejamento e profissionalização do Carnaval.

A gestão do Carnaval de Salvador teve uma atenção especial de Lídice da Mata, e de acordo com Merina Aragão, que também nessa época participou das atividades de planejamento e execução do Carnaval, a prefeita entendeu a importância dessa festa para a cidade. Por isso, era necessário que o Poder Público desenvolvesse estratégias de planejamento e gestão na realização da festa.

Para dar início ao trabalho de planejamento do Carnaval, a Prefeitura alugou um imóvel para instalar os responsáveis pela organização da festa, já que na época de Fernando José uma das dificuldades enfrentadas pelo grupo gestor do Carnaval foi exatamente a falta de um espaço físico para trabalhar. Então, foram implantadas, em 1993, a Casa do Carnaval e a Comissão Especial do Carnaval.

(...) a Casa do Carnaval, era dotada de um corpo técnico multidisciplinar dedicado exclusivamente ao planejamento, organização operacionalização do evento. À Casa do Carnaval competiam atividades de licitações, contratações, logística, programação artístico-musical, pessoal operacional, mídia, articulações com empresas concessionárias, abrigando além do seu núcleo técnico, a Comissão Especial do Carnaval, o Conselho Municipal (formado por diferentes agentes envolvidos com a festa, como artistas e empresários) e a Coordenação Executiva do Carnaval (MIGUEZ, 1996, apud LIMA, 1999, p.81).

Já a Comissão Especial do Carnaval, que estava vinculada ao Gabinete do Prefeito, era formada por nove representantes da administração municipal. Eram membros dessa Comissão: os secretários de Governo, Comunicação Social, Administração, Saúde, Meio Ambiente e Serviços Públicos, além dos presidentes da EMTURSA, LIMPURB e Fundação Gregório de Mattos. (COSTA, 1995, apud MIGUEZ, 1996, p. 150). A essa comissão foram dadas as atribuições de discutir e deliberar junto ao Conselho Municipal do Carnaval e a coordenação executiva sobre assuntos que demandassem a decisão da administração municipal. A criação dessas instituições confirmou a importância que esse governo deu ao Carnaval. De acordo com Merina Aragão, o objetivo da Prefeita Lídice da Mata era que a Casa do Carnaval fosse um órgão independente das determinações da EMTURSA, no entanto, mais uma vez a falta de maior força política, devido ao embate constante com o governo estadual, impediu a concretização desse projeto.

Conforme Paulo Miguez, “o tratamento dispensado à festa pela nova administração municipal, vai refletir-se positivamente, já no Carnaval de 1994” (MIGUEZ, 1996, p.153). Dentre as inovações incorporadas à festa pela gestão de Lídice da Mata, destacadas por ele estão: melhoria da qualidade dos equipamentos instalados e dos serviços de limpeza urbana, saúde, transporte e informações; ampliação de equipamentos de público, arquibancadas (de 700 para 2.000) e camarotes (de 35 para 72); abertura de licitações para contratação de serviços, venda de espaços publicitários para captação de recursos privados para viabilização da festa; incorporação do trecho Barra-Ondina como circuito de desfile de entidades Carnavalescas. Algumas dessas inovações serão tratadas de maneira mais aprofundada.

Em abril de 1994, foi realizado pela Prefeitura Municipal de Salvador, o Seminário de Planejamento Estratégico. Este evento reuniu todos os setores que participam da organização do festejo carnavalesco na cidade. O Seminário de Planejamento Estratégico teve como produto o Plano Estratégico do Carnaval de 1995 e como todo planejamento, este também visava corrigir as falhas do Carnaval anterior, potencializar os acertos e dar novos direcionamentos para a administração da festa.

Como afirmam Alcântara e Silva (2005), na gestão de Lídice da Mata o Carnaval foi considerado como um elemento estratégico da economia urbana de Salvador e o maior momento da participação cultural do povo, assim conseguindo atenção especial durante toda a gestão pública municipal, que esteve atenta à elaboração de planos e participação de diversos setores da administração municipal para melhor estruturar a festa. Estavam envolvidos na organização dos festejos Carnavalescos cerca de 90% dos órgãos operacionais da Prefeitura.

De acordo com Merina Aragão, a partir da gestão de Lídice da Mata tem início o costume de trabalhar o Carnaval durante todo o ano, o que foge à improvisação vista nos anos anteriores, por isso dissemos ser esse o “divisor de águas” na produção desse evento. E como o Carnaval passou ser encarado quão um momento de distribuição de renda, um produto econômico, turístico e cultural, surgiram medidas para profissionalizar e aparelhar cada vez mais essa festa. Miguez (1996) afirma que desde 1993, o Poder Público passou a ter uma presença mais ativa na organização dos festejos, a partir da introdução de medidas que profissionalizariam o papel da Prefeitura com relação à gestão do Carnaval.

Podemos notar que a prefeita Lídice da Mata encarou esse projeto com presteza e trouxe para o Carnaval de Salvador uma profissionalização que começava no planejamento organizacional e podia ser notada a partir da infra-estrutura montada nos circuitos da festa.. A administração municipal de Lídice realizou uma série de licitações para a contratação de

serviços (como iluminação, montagem e comercialização de espaços) e concursos para seleção de músicos e projetos de decoração do Carnaval. Ou seja, valorizou o caráter jurídico e profissional, por parte do Poder Público Municipal, para a efetivação dos festejos Carnavalescos.

A construção de camarotes foi outra significativa ação do Poder Público Municipal que trouxe modificações no espaço da festa. Antes da construção dessa nova estrutura, esses espaços, que a partir da gestão de Lídice passaram a ser ocupados por camarotes, eram tomados por balcões utilizados muitas vezes para abrigar isopôs e freezer para a venda de bebidas. A Prefeitura enxergou a lucratividade que os camarotes trariam para os cofres públicos e investiu na edificação dessas estruturas no espaço da festa.

A existência de camarotes em espaço público é proibida por lei municipal e, segundo registros da própria Prefeitura de Salvador, 99% dos camarotes estão instalados em espaços privados, sendo muitos montados parcialmente em locais conhecidos como áreas de recuo, legalmente constituídas a partir de delimitações do poder municipal, nas quais, até a década de 1990, eram instalados balcões para abrigar funcionários e familiares de uma dada organização ou para comercialização de bebida e comida pelos seus membros. A descoberta desses espaços como territórios privilegiados para assistência ao Carnaval e, conseqüentemente, a sua comercialização, se deu em paralelo ao crescimento da festa no circuito Barra-Ondina, onde se encontram os principais e mais concorridos camarotes (INFOCULTURA, 2008, p. 22).

Além das ações descritas acima, a Prefeitura de Salvador na gestão de Lídice da Mata inaugurou, em 1992, o circuito Barra-Ondina, reativou o circuito Batatinha (Pelourinho), em 1993, e construiu palcos para a festa em aproximadamente 23 bairros populares da cidade. Nessas medidas podemos notar a proposta de descentralização da festa, pois estendia o Carnaval aos bairros mais distantes e menos favorecidos economicamente, permitindo uma maior participação dos moradores que não tinham condição financeira para se deslocar em direção aos principais circuitos. De acordo com Alcântara e Silva (2005), essa foi uma ação na qual a Fundação Gregório de Mattos esteve envolvida em conjunto com outros órgãos municipais. A partir de entrevista feita com Albérico Correia, o ex-gerente de Promoção Cultural da Fundação Gregório de Mattos (FGM), os autores afirmam que a FGM participou da gestão do Carnaval, mas com ações pontuais. Assim, em entrevista concedida em 2005, Albérico Correia afirma que:

No Carnaval a FGM era mais parceira do que executiva, porque tinha a Casa do Carnaval, que era responsável pela execução do Carnaval, mas tinha toda a estrutura da FGM e a sua tradição de órgão executivo cultural que ajudava a viabilizar montagem de palco, elaboração de pautas para o período do Carnaval, coordenou o concurso público de seleção de bandas para o Carnaval, que foi uma ação inovadora do governo, na medida em que democratizou o acesso ao palco de vários artistas que não tinham possibilidade em função dos critérios de escolha (ALCÂNTARA e SILVA, 2005, p.26).

Outra ação da Prefeitura, e talvez a mais marcante, foi a de introduzir na dinâmica da festa a regulamentação de espaços publicitários. Nessa época começou-se a perceber a grande vitrine na qual o Carnaval de Salvador tinha se transformado. Nesse ponto notamos a busca da Prefeitura para obter o apoio da iniciativa privada para realização da festa, quer em investimentos diretos na infra-estrutura, quer na compra de cotas de patrocínio.

Apesar do chamado boicote das cervejarias, as quais praticamente não investiram na compra de espaços públicos para a propaganda no ano de 1996, a participação das empresas privadas no Carnaval cresceu significativamente com a arrecadação da Prefeitura de cerca de R\$ 2,5 milhões em 1994 (o ano mais significativo), só em relação à venda de espaços publicitários (ALCÂNTARA e SILVA, 2005, p.24).

A administração de Lídice determinou como uma de suas metas reduzir a participação do Poder Público no financiamento do Carnaval. Para isso, investiu na captação do patrocínio privado para custear, junto à Prefeitura, a infra-estrutura da festa. Os empresários investiam no Carnaval e tinham suas marcas expostas em espaços pré-determinados pela Prefeitura. Para Miguez (1996), o Carnaval de 1994 foi o que obteve resultados mais expressivos em termos de comercialização com a venda de espaços publicitários. Já no Carnaval de 1996, houve uma considerável queda na captação do patrocínio privado pela Prefeitura. As empresas preferiam investir nas entidades Carnavalescas de maior porte e alcance midiático, a vincular suas marcas aos espaços licenciados pela Prefeitura. Os pequenos blocos terminavam prejudicados, pois a falta de patrocínio inviabilizava o desfile de algumas dessas entidades.

Desinteressantes como veículos de propaganda para os grandes anunciantes e carentes de recursos próprios, esses pequenos blocos acabam por ficar na dependência exclusiva de verbas do Poder Público ou do apadrinhamento por individualidades políticas, tornando-se, assim, presas fáceis das relações tipo fisiológico-clientelistas. (MIGUEZ, 1996, p.165).

Assim, a gestão de Lídice da Mata instituiu importantes inovações que modificaram a estrutura do Carnaval baiano, desde a criação de instituições, planejamento estratégico até a obtenção do apoio da iniciativa privada para realização da festa.

3.4. GOVERNO DE ANTÔNIO IMBASSAHY

Após sofrer sucessivas derrotas, o PFL conseguiu eleger em 1996, para prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy. Este político adotou o modelo de governo semelhante ao desenvolvido pelo partido carlista em âmbito estadual, uma administração que privilegiava o desenvolvimento sustentado na execução de grandes obras em detrimento das questões sociais e culturais. Imbassahy, assim como o Poder Público estadual, tinha o incentivo ao turismo o seu projeto maior de governo. Apresentava uma preocupação em “requalificar” a cidade, sobretudo os pontos de atração turística sendo este talvez o fator mais emblemático dessa gestão. (Kauark, 2005, p. 03). Desse modo, setores como o da cultura não aparecia com maior destaque na agenda do prefeito carlista. Essa afirmação tem procedência quando analisamos o enfraquecimento da Fundação Gregório de Mattos nessa administração.

Em âmbito federal, Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) foi o responsável por tornar as Leis de Incentivo praticamente a única forma de incentivo à cultura, que era mais uma ferramenta de marketing empresarial e vista como instrumento para trazer retorno financeiro. Na Bahia, essa situação não foi muito diferente, o que notamos foi também a cultura vista como atividade econômica e que, atrelada ao turismo traria lucratividade aos cofres públicos. Um fato que comprova essa questão está na criação da Secretaria de Cultura e Turismo, em 1995, ressaltando a prevalência do setor turístico sob o cultural.

Conseguimos perceber a visão da Prefeitura sobre a cultura e a supervalorização da atividade turística na cidade, ao observarmos ações mais peculiares da gestão Imbassahy, como a gerência do Carnaval de Salvador, considerado uma atividade cultural, mas que não é e nunca foi praticada pela Fundação Gregório de Mattos, e sim, por instituições voltadas para o turismo, mais especificamente a EMTURSA.

O poder de atuação, e a execução da política cultural são realizados muito mais pela Emtursa, e não pela FGM. A Fundação atua de maneira muito pontual, coisas muito pequenas diante do choque da intervenção na cultura da cidade que a Emtursa promove com as festas, com o calendário anual, de Natal, Carnaval, São João, Sexta-feira da Paixão. Então eu acho que há um enfraquecimento da fundação por decisão da administração central, não por

incompetência da pessoa. Pode-se dizer que a política cultural da gestão de Imbassahy foi investir em grandes eventos, que tornassem Salvador um pólo turístico (Marcio Meireles, entrevista, Apud KAUARK, 2005, p. 23)

O prefeito Antônio Imbassahy esteve no governo por dois mandatos consecutivos, no período compreendido entre 1997 a 2004. Durante a sua administração foram notadas mudanças no que diz respeito à organização da festa Carnavalesca. De acordo com informações do Portal Oficial do Carnaval de Salvador - EMTURSA, a festa tornou-se melhor organizada, profissionalizada, desde que o prefeito Antônio Imbassahy assumiu a Prefeitura da capital baiana. Essa afirmação tem a concordância de Merina Aragão, que em entrevista afirmou que o trabalho de planejamento do Carnaval na gestão Imbassahy mostrou-se mais eficiente do que foi visto nas administrações anteriores. “A gente trabalhava de uma maneira muito organizada no nível de planejamento. As coisas eram planejadas com antecedência, as licitações eram feitas com bastante antecedência. Foi uma época de muita organização mesmo, muita disciplina”.

Na administração de Imbassahy a gerência do Carnaval estava sob responsabilidade da Assessoria do Carnaval da EMTURSA, nome dado ao grupo coordenador dessa festa na época em que esse prefeito esteve no poder. Imbassahy deu prosseguimento às ações de Lídice da Mata no que se refere ao trabalho de planejamento da festa, isso porque, assim como a ex-prefeita, Imbassahy percebeu a grandeza desse evento capaz de gerar uma receita que influi no PIB da cidade. Dados do Portal Oficial do Carnaval comprovam:

O Carnaval de 2003, dedicado à baiana, gerou cerca de 184 mil empregos. Com relação aos negócios gerados, foram movimentados cerca de 821 milhões de reais - número 136% maior que o de 2002, por exemplo. Aproximadamente 538 empresas apostaram na festa através de patrocínio às entidades, camarotes, estruturas e organização da festa. No período da festa, mais de 950 mil visitantes estiveram na cidade, ocupando 85,25% dos leitos de hotéis e pousadas. Foram credenciados pela Secretaria de Comunicação da cidade 2.446 profissionais de imprensa dos principais veículos de comunicação do país e do mundo. A transmissão da festa foi feita em 151 horas de rede local, 64 horas em rede nacional e 120 horas em rede internacional. A cobertura foi transmitida para 135 países através de 97 jornais e 14 emissoras de TV. Para quem não gosta de números, interessante mesmo é observar nos próprios veículos a repercussão da festa, que em 2004 completa 120 anos de rua (Assessoria de Imprensa - EMTURSA, 2004).

Para a realização da festa, a Prefeitura contou com o apoio de diversos órgãos públicos, cada um exercendo função indispensável para a montagem infra-estrutura do

Carnaval. Os principais órgãos do Poder Público Municipal apoiadores da festa soteropolitana no governo de Imbassahy foram: EMTURSA (Empresa de Turismo S/A), a LIMPURB (Empresa de Limpeza Urbana de Salvador), SESP (Secretaria Municipal de Serviços Públicos), SPJ (Superintendência de Parques e Jardins), SMTU (Secretaria Municipal de Transportes Urbanos), PRODASAL (Companhia de Processamentos de Dados de Salvador), SUCOM (Superintendência de Controle e Uso do Solo do Município), CODESAL (Coordenadoria de Defesa Civil de Salvador), SMS (Secretaria Municipal de Saúde), SUMAC (Superintendência de Manutenção e Conservação da Cidade), Secretaria de Comunicação (Secom). Em 1998 foi criado pela EMTURSA o SAF (Serviço de Atendimento ao Folião) com o objetivo de proporcionar ao folião informações sobre a festa, outro espaço inaugurado no mesmo ano foi o Centro de Imprensa do Carnaval, o que demonstra a importância da mídia para a festa e da festa para a mídia.

A seguir, números dos órgãos municipais envolvidos na montagem da festa no segundo ano dos dois mandatos do Prefeito Antonio Imbassahy.

Tabela 3 – Pessoal Operacional da Prefeitura no Carnaval de Salvador
Governo Imbassahy – 1998

Órgão	Quantidade de profissionais
EMTURSA	900
CODESAL	107
LIMPURB	1.339
PRODASAL	42
SMS	100
SESP	1500
SUCOM	180
SECOM	132
SMTU	1206
SUMAC	253

Fonte: Saltur

Tabela 4 - Pessoal Operacional da Prefeitura no Carnaval de Salvador
 Governo Imbassahy –2002

Órgão	Quantidade de profissionais
EMTURSA	937
CODESAL	121
LIMPURB	2.156
PRODASAL	36
SMS	1346
SESP	2000
SUCOM	204
SECOM	150
SMTU	1.843
SUMAC	330
SPJ	36

Fonte: Saltur

Para o custo financeiro da festa a Prefeitura de Salvador, na época de Imbassahy, contava com a venda de cotas de publicidade provenientes da iniciativa privada, pleiteou recurso federal através Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) para a promoção e organização do Carnaval de Salvador e recebeu apoio do Governo Estadual. No entanto, embora tenha apresentado uma evolução no quesito planejamento, há um questionamento de pesquisadores, foliões e artistas de que este governo privilegiou os grandes blocos de trio em detrimento das pequenas atrações, o que interfere diretamente na diversidade cultural proposta pela festa. Um fato comprovador dessa hipótese se deu quando o prefeito Imbassahy se autoneomeou coordenador direto do Carnaval de Salvador, diminuindo o poder de deliberação do Conselho Municipal do Carnaval, como já foi dito anteriormente. Além dessa atitude arbitrária do prefeito Imbassahy, no seu governo foi instituído o processo de anistia das dívidas das entidades Carnavalescas com a Prefeitura, favorecendo grandes grupos, como por exemplo, o bloco Camaleão, um dos maiores e mais caros da festa.

Percebemos, desse modo, um maior empenho e participação da Prefeitura, na figura da EMTURSA, em torno deste evento do que, por exemplo, das atividades realizadas pela Fundação Gregório de Mattos. O vínculo cultura e turismo, portanto, configura-se como importante estratégia da Prefeitura para o setor cultural e essa estratégia interfere diretamente nas dinâmicas de organização do Carnaval de Salvador.

3.5 GOVERNO DE JOÃO HENRIQUE

As eleições de 2004 tiveram como principais candidatos o pefelista César Borges e João Henrique Carneiro, lançado pelo PDT e apoiado no 2º turno pelo Partido dos Trabalhadores. Acabam as eleições e João Henrique é eleito para assumir o cargo em janeiro de 2005, prometendo fazer jus ao slogan da sua campanha: “Prefeitura de Participação Popular”. Reeleito no segundo turno das eleições de 2008, João Henrique reassume a Prefeitura de Salvador em janeiro de 2009.

Em sua administração, João Henrique criou a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, responsável pelas funções da extinta Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Entretenimento. Essa determinação do prefeito de Salvador repercutiu e gerou discussões em torno do amontoamento de diferentes assuntos na mesma Secretaria, o que pode comprometer a eficiência das políticas públicas. Com junção entre os campos da cultura, educação, esporte e lazer em uma mesma secretaria, as questões sobre o papel desempenhado pela cultura, por exemplo, são pensadas em conjunto com as desses outros campos e, por isso, muitas vezes deixadas para segundo plano. É possível notar que as questões culturais não foram temas centrais no primeiro e nem são no segundo mandato do prefeito João Henrique. Conseguimos perceber uma menor atenção desse governo ao campo da cultura na especificidade do Carnaval de Salvador, que apesar de ser gerido pela EMTURSA, é considerado uma manifestação cultural de suma importância para a cidade.

De acordo com Merina Aragão, os últimos quatro anos apresentaram alguns problemas em nível de planejamento para os festejos do Rei Momo. Desde o início da administração municipal de João Henrique, a EMTURSA teve sete presidentes, e esse fato contribui para dificultar a execução do Carnaval. Nas palavras da gerente do Carnaval: “nós tivemos sete presidentes, então na gestão de João Henrique quem planejava o Carnaval não executava e quem executava não planejava. Então foi muito difícil” (Informação verbal). Essa falta de estabilidade institucional se deve também ao fato de a eleição de João Henrique ter sido consolidada através de uma junção de partidos políticos, que ideologicamente se mostram diferentes. Então, o loteamento da Prefeitura, com cargos distribuídos entre diversos partidos não facilitou o curso normal de elaboração e implementação dos projetos, já que muitas vezes os cargos eram ocupados de acordo com interesses políticos. Essa descontinuidade administrativa levou a uma desorganização interna e um atraso nas ações para viabilizar o Carnaval da cidade. As licitações que tinham que ser feitas com antecedência começaram a

ser feitas muito tardiamente e a situação financeira também impossibilitou a execução de grandes projetos para incrementar a gerência da festa.

Com essas dificuldades administrativas, o prefeito João Henrique precisou recorrer mais à iniciativa privada para angariar patrocínio para a festa. Instituiu a licitação de comercialização para fazer com que as empresas entrassem com mais força no Carnaval. Afinal, de acordo com Merina Aragão, até a gestão Imbassahy, quem pagava maior parte da conta, (80 ou 90%) do Carnaval era o Estado e a Prefeitura. Então, a EMTURSA (SALTUR) fez uma licitação¹⁵ que com durabilidade de dois anos na qual a iniciativa privada ficasse responsável também por investir na infra-estrutura da festa. A empresa ganhadora da licitação realizada pela SALTUR passa a ser responsável pela captação de patrocínios para o Carnaval e desse montante recebe o percentual de 20% estabelecido na licitação. A participação de atores privados trouxe melhoras para a gestão do carnaval, no entanto, Merina destaca que se esses setores não estiverem fortemente regulados podem comprometer a dimensão cultural da festa. Cabe ao Poder Público regular a atuação dessas organizações.

De acordo com Merina Aragão a Prefeitura trabalha com a modalidade do Pregão Eletrônico¹⁶ para realizar contratos administrativos de bens e serviços para a infra-estrutura da festa carnavalesca.

O Carnaval de 2009 realizou-se rodeado de polêmicas, e uma delas teve início a partir do depoimento do prefeito João Henrique em entrevista ao Jornal A Tarde, em 13 de fevereiro de 2009, há poucos dias da abertura do Reinado do Momo de que o governo estadual não estava colaborando financeiramente com a organização do Carnaval, e que devido a falta de apoio financeiro estadual, a Prefeitura precisou sacrificar a merenda escolar e a compra de remédios para garantir a realização da festa. Além da revelação contra o governo estadual, o prefeito João Henrique declarou, ao mesmo jornal, uma redução na captação de patrocínio pela OCP-Tudo para o Carnaval de 2009. A primeira declaração do prefeito João Henrique nos faz pensar qual seria o tipo de articulação existente entre o Poder Público Municipal e estadual para a festa. Principalmente quando avaliamos algumas iniciativas do Estado na tentativa de manter a diversidade cultural da festa. Um importante projeto do Governo Jaques Wagner para o festejo Carnavalesco é o Carnaval Ouro Negro, iniciado em 2008.

¹⁵ O publicitário Nizan Guanaes, e o consórcio OCP-Tudo conseguiram obter essa licitação e foram responsáveis pela venda de cotas de patrocínio do último Carnaval baiano.

¹⁶ Modalidade de licitação criada pelo Governo brasileiro através da lei federal 10.520/2002. É um método que amplia a disputa licitatória, permitindo a participação de várias empresas de diversos estados, na medida em que dispensa a presença dos contendentes. O pregão eletrônico foi criado visando, basicamente, aumentar a quantidade de participantes e baratear o processo licitatório (Wikipedia).

Apenas nesse programa, o governo está investindo R\$ 4,2 milhões, número superior aos R\$ 3,6 milhões repassados em 2008 para as 104 agremiações que participaram do primeiro ano do programa. O valor integra os R\$ 9,5 milhões destinados pela Secretaria Estadual de Cultura ao apoio a programas como o Carnaval Pipoca, o Carnaval Ouro Negro, o Carnaval do Pelourinho e as coberturas ao vivo da TVE e da Educadora FM (SECRETARIA DE CULTURA – BA, 2009).

Através do projeto Carnaval Ouro Negro o Governo do Estado viabiliza o desfile dos blocos de matriz africana no Carnaval, ou seja, os blocos que apresentam uma maior dificuldade de adequação aos ideais do mercado e que não conseguem realizar seus desfiles sem o apoio financeiro do Estado. Aproximadamente 117 entidades, entre afoxés, blocos afro, de samba, reggae, índio e percussão, receberam recursos que variam de R\$ 15 mil a R\$ 100 mil (Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2009). Segundo a Gerente do Carnaval da SALTUR, a adesão da Prefeitura a esse projeto está relacionada à função fiscalizadora para conferir se os blocos selecionados para receber o incentivo Estadual têm utilizado de maneira legal os recursos. A equipe é montada pela SALTUR e remunerada pela Secretaria de Cultura do Estado para exercer a atividade fiscalizadora das ações dessas entidades que têm seus desfiles financiados pelo Estado.

O Sistema Integrado de Acompanhamento de Eventos, Sistema Badauê, é outra criação da Prefeitura de Salvador, esse Sistema permite acompanhar os acontecimentos do Carnaval em diferentes pontos dos circuitos e bairros simultaneamente. Foi criado em 2008 pela Empresa de Processamento de Dados (PRODASAL) em parceria com a EMTURSA, com a finalidade de possibilitar o atendimento às ocorrências registradas no Carnaval pelos diversos órgãos da Prefeitura que estão envolvidos na festa. Os órgãos municipais participantes desse monitoramento articulado são: as Secretarias Municipais de Serviços Públicos (SESP), da Comunicação Social (SMCS), de Articulação e Promoção da Cidadania (SEMAP), da Reparação (SEMUR) e da Habitação, através da Subsecretaria de Defesa Civil (Codesal), as superintendências Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e de Transporte Público (STP), EMTURSA, PRODASAL e Ouvidoria Geral do Município, além da Secretaria Estadual de Cultura.

Em 20 de janeiro de 2009, o Prefeito João Henrique assinou o Decreto 19.234, que revoga o Decreto 19.038/2008 e cria a “Operação Carnaval 2009”. Este Decreto indica quais são as instituições municipais que participam do corpo operacional da festa, atribui as responsabilidades para a coordenação do evento, bem como o pagamento de gratificação ao pessoal alocado para trabalhar no Carnaval. Essa Lei determina que o presidente da SALTUR

é o responsável pela Coordenação Executiva da operação e o coordenador geral da festividade carnavalesca, dessa forma as atribuições de planejar e operacionalizar medidas, articulação de órgãos e entidades da administração municipal, de outras esferas do Poder Público e dos setores privados no Carnaval, estarão a cargo do presidente da SALTUR. A Operação Carnaval 2009 surgiu a partir da demanda de se definir quais são as ações de cada órgão municipal envolvido na operacionalização da festa e na execução de serviços de caráter especial. São entidades operacionais dessa medida: as superintendências de Controle e Ordenamento do Solo (SUCOM), de Parques e Jardins (SPJ), Manutenção e Conservação da Cidade, Transportes Públicos e Engenharia de Tráfego, Processamento de Dados de Salvador, Empresa de Limpeza Urbana de Salvador, Defesa Civil (CODESAL), Assistência Militar da Prefeitura, Coordenadoria das Ações de Desenvolvimento Regional, Guarda Municipal do Salvador, Superintendência de políticas para as Mulheres e a Companhia de Desenvolvimento Urbano.

Os órgãos da Prefeitura Municipal de Salvador, atualmente empenhados na organização do Carnaval, bem como suas atribuições para manter a infra-estrutura da festa são: SALTUR: Empresa Salvador Turismo - monta postos operacionais com aproximadamente mil pessoas trabalhando na fiscalização, coordenação e registro; LIMPURB, limpeza das ruas, instalação e manutenção dos banheiros químicos nos circuitos da festa; PRODASAL, hoje COGEL, responsável pelos serviços de informática no Carnaval (a exemplo o Sistema Badauê); SET. interdição das ruas e avenidas do percurso, controle do tráfego nas suas proximidades; SUCOM, fiscalização sonora dos trios e bandas, fiscalização da estrutura montada para camarotes, arquibancadas e trios, bem como fiscalização da publicidade no espaço da festa; CODESAL: coordena as atividades ligadas à infra-estrutura de terrenos dispostos no espaço do Carnaval, controle na lotação dos veículos; SUMAC, cuida da proteção de praças e jardins, juntamente com a SPJ; Secretaria Municipal de Ação Social; Secretaria de Desenvolvimento Social; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria de Serviços Públicos e Secretaria de Transportes Públicos. Dessas cinco Secretarias Municipais envolvidas na organização do Carnaval de Salvador, três se destacam mais, devido ao maior grau de envolvimento com a festa. São elas: a SESP - cuida da questão do ordenamento e fiscalização dos vendedores ambulantes; a STP - fiscalização dos serviços de transporte público durante o Carnaval; a SMS - monta postos espalhados nos circuitos da festa para prestar primeiros socorros. Essas Secretarias contam com o suporte da SAMU com ambulâncias e corpo médico.

Tabela 5 - Pessoal Operacional da Prefeitura no Carnaval de Salvador
 Governo João Henrique - 2006

Órgão	Quantidade de profissionais
EMTURSA	920
CODESAL	104
CENTRAL DE VISTORIA DE VEÍCULO*	70
LIMPURB	2.186
OUVIDORIA	15
PRODASAL	107
SETRAD/SEDES*	100
SESP	1851
SET	677
SETIM	103
SMCS/SECOM	49
SMS	1.944
SPJ	35
STP	839
SUCOM	183
SUMAC	211

Fonte Saltur

*Quantidade correspondente ao Poder Público Municipal e Estadual. Não tivemos informação do número exato do pessoal contratado apenas pela Prefeitura.

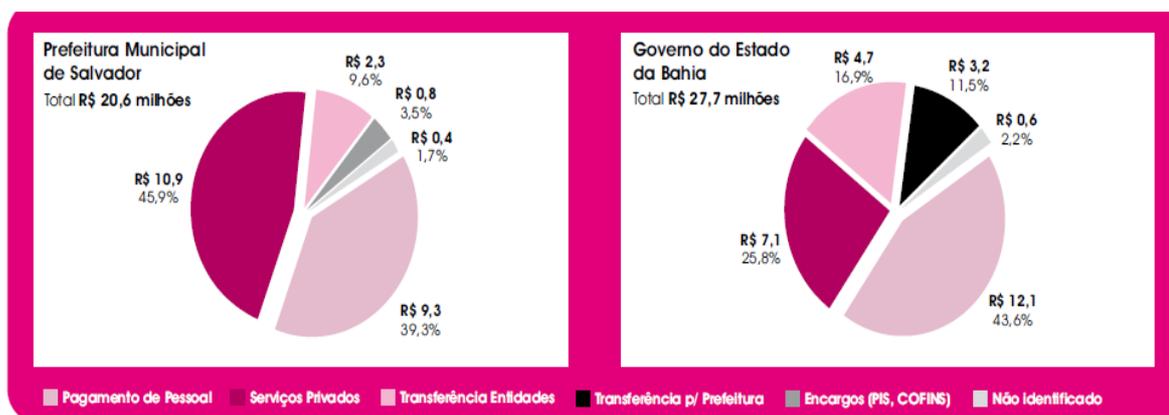
Com relação ao financiamento da festa para infra-estrutura, serviço, incentivo às entidades carnavalescas e contratação de atrações artísticas, provém do orçamento da prefeitura e do governo estadual. De acordo com a Assessoria Técnica da SALTUR (em entrevista por e-mail para a presente pesquisa), a Prefeitura investe em torno de R\$30

milhões. Esses recursos são empregados na saúde, limpeza da cidade, organização do trânsito, iluminação, transporte, atrações, pessoal operacional, trios elétricos independentes, estruturas e organização do desfile.

No Carnaval de 2007, por exemplo, o Estado e Prefeitura gastaram cerca de R\$50 milhões para custear despesas com pagamento pessoal e serviços privados que garantem a viabilidade técnica da festa. Segundo dados do informativo (INFOCULTURA 2007) da

Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT), para o pagamento dos profissionais que trabalham na festa, o Poder Público desembolsou cerca de R\$21 milhões. Os órgãos que mais demandaram o investimento do Governo no quadro de pessoal foram a Secretaria de Segurança Pública, 46% das gratificações, Secretaria Municipal de Saúde e EMTURSA, 78% dos gastos com empregos temporários. Com os serviços privados o Poder Público gastou em 2007, uma quantia aproximada de R\$18 milhões, principalmente com serviços de infraestrutura, comunicação e publicidade, energia elétrica e limpeza urbana. Além de recursos transferidos para entidades carnavalescas (trios independentes, blocos populares, artistas) que dependem do subsídio do Governo para desfilar na festa.

Figura 2: Gastos do Poder Público com o Carnaval – 2007



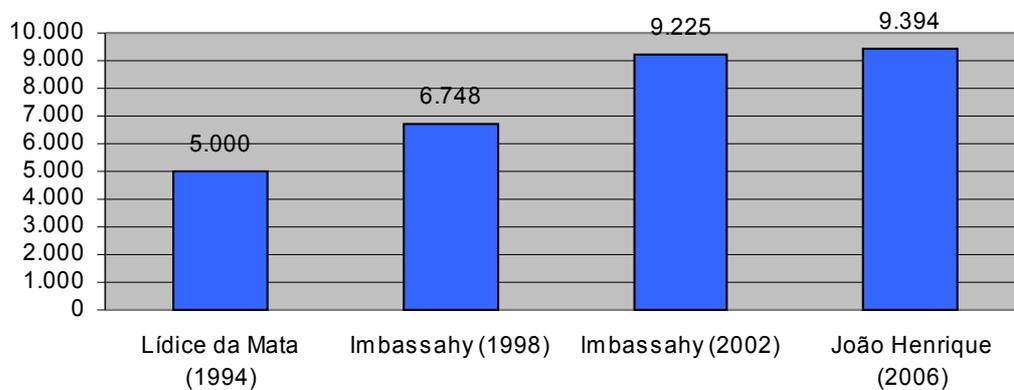
Fonte: INFOCULTURA 2007

* O valor da Transferência do Estado para a Prefeitura não foi considerado no gasto total da Prefeitura, pois ocorreria dupla contagem.

Com objetivo de realizar uma comparação entre as gestões dos três últimos prefeitos de Salvador e a contratação de pessoal operacional para a realização do Carnaval, selecionamos o segundo ano de mandato dos Prefeitos Lídice da Mata, Imbassahy e João Henrique. A escolha pelo segundo ano se deu pelo fato de não termos tido acesso ao número de pessoas e instituições do Poder Público Municipal que estiveram envolvidas na gestão da festa no período correspondente aos mandatos completos de cada prefeito. Além disso, julgamos que o segundo ano de governo possa ser objeto de análise, pois no primeiro mandato o Prefeito tem condição de avaliar o resultado das estratégias adotadas para gestão da festa e melhor preparar o Carnaval do ano seguinte.

Tabela 6 - Pessoal Operacional do Poder Público Municipal

Prefeito(a)	Quantidade
Lídice da Mata	5.000
Antônio Imbassahy (1º mandato)	6.748
Antônio Imbassahy (2º mandato)	9.225
João Henrique (1º mandato)	9.394

Figura 3 - Pessoal Operacional do Poder Público Municipal

Observamos um crescimento significativo no número de instituições municipais envolvidas na gestão do Carnaval de Salvador. Os órgãos municipais que apresentaram maior número de profissionais, envolvidos na organização da festa durante os últimos quinze anos foram: LIMPURB, SESP, SMS e a EMTURSA (atual SALTUR).

4. UMA ANÁLISE SOBRE AS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS E A GESTÃO DO CARNAVAL DE SALVADOR ENTRE OS ANOS 1985 A 2009

Neste capítulo analisaremos algumas questões específicas relacionadas à gestão do Carnaval nos mandatos dos cinco últimos prefeitos de Salvador e outras que, apesar de demarcarem determinada administração municipal, são responsáveis pela configuração atual do Carnaval baiano. Como o foco desse trabalho é analisar as diferentes nuances da gestão pública municipal na estruturação da festa, escolhemos como eixos fundamentais para uma avaliação: o financiamento, o planejamento e as principais instituições que participaram ou participam da gestão da festa - EMTURSA e Conselho Municipal do Carnaval.

Podemos afirmar que na gestão de Mário Kertész, momento de retomada da gestão do Carnaval ao âmbito da Prefeitura, o Poder Público Municipal demonstrava uma tentativa de estruturação, ainda que embrionária, para a realização dessa festa. A nomeação de um produtor cultural para coordenação do evento, pode significar que a Prefeitura entendia a necessidade de criar estratégias para melhor conduzir as ações organizadoras para o Carnaval. A escolha por Wally Salomão demonstra uma evolução no pensamento do Poder Público em delegar a coordenação do Carnaval a um profissional envolvido com atividades artísticas e culturais e, por isso, teria mais facilidade em aplicar estratégias para organização do evento. Isso porque não podemos esquecer que, antes de ser um mega-evento, o Carnaval deve ser reconhecido pela sua dimensão cultural e para tal é preciso considerar que a cultura mantém especificidades que necessitam de formas particulares de gestão. Destacamos essa ação de Mário Kertész por acreditarmos ser necessário que pessoas envolvidas com a cultura e arte estejam incorporadas à equipe gestora do Carnaval, para que não se percam os símbolos culturais existentes nessa festa.

Por outro lado, essa mesma administração municipal não apresentou uma continuidade nas estratégias para cuidar do Carnaval, já que, ao final da festa a comissão organizadora foi dissolvida, dificultando até mesmo a percepção de um traço peculiar desse governo para a gestão da festa carnavalesca. Dessa forma, quase não existiu planejamento efetivo para o Carnaval no governo Mário Kertész. E como o planejamento é um elemento essencial para que um evento ocorra de modo ordenado, principalmente quando tratamos de um evento que envolve diversos atores públicos e privados, avaliamos ter sido a gestão política de Mário

Kertész ainda iniciante na adoção de medidas que permitissem preparar melhor o Carnaval baiano.

No mandato político de Fernando José, temos como principal acontecimento relativo à gestão da festividade a instituição do Conselho Municipal do Carnaval. Apesar de este novo órgão ter significado um avanço para o planejamento e gestão da festa, existe uma discussão acerca da composição (detalhada no segundo capítulo da presente pesquisa) deste Conselho.

No que concerne ao planejamento e organização da festa, podemos dizer que Fernando José foi mais uma continuidade do que alteração no que já havia sido feito pelo governo anterior, e até mesmo a criação do Conselho Municipal do Carnaval não significou uma maior evolução, pois de acordo com Cloves Carneiro (membro do COMCAR) este órgão ainda estava incipiente, procurando ajustar suas atribuições na festa. Portanto, não podemos falar ainda de planejamento estratégico e organização do Carnaval nas duas administrações públicas municipais, principalmente porque a gestão desse festejo estava calcada em equipes que não se mantinham por mais de um Carnaval, além da falta de aparato institucional efetivo para realização da festa. Existiam já duas grandes instituições (EMTURSA e Conselho Municipal do Carnaval), mas que só mais tarde vieram se configurar como importantes atores da festa.

A administração da prefeita Lídice da Mata foi o ponto inicial para a transformação do Carnaval de Salvador nessa grande estrutura profissional e empresarial que hoje conhecemos. O carnaval sempre exigiu da prefeitura um cuidado, mas até a administração anterior à de Lídice da Mata o que se via era uma desorganização e descaso para realizar essa festa. A intervenção do Poder Público não era profissionalizada e não havia uma estrutura própria da prefeitura voltada ao planejamento e execução do carnaval, exceção feita ao período no qual Wally Salomão foi o coordenador da festa.

A gestão Lídice da Mata trouxe ao Carnaval de Salvador uma característica de profissionalização, voltada para atração de negócios. Acreditamos que nesse momento teve início a implantação do modelo atual da festa, que reúne aspectos lúdicos a estruturas profissionalizadas. Temos duas questões a ressaltar a partir dessa conexão entre o lúdico e o profissional.

A primeira delas está na inegável evolução ao que se refere à incorporação de regras para um planejamento contínuo, administração e execução da festa. A prefeita percebeu a magnitude do Carnaval como maior momento de distribuição de renda na cidade, e por isso, merecedor de uma cuidadosa gerência. Os órgãos EMTURSA e Conselho Municipal do

Carnaval, que tinham surgido anos antes, passaram a ter suas atividades melhor ordenadas a partir da administração Lídice da Mata. Marco importante que alterou as dinâmicas de organização para essa festa foi a constituição na EMTURSA de uma diretoria para cuidar exclusivamente do carnaval o ano inteiro. A instalação da Casa do Carnaval, administrada pela EMTURSA, com um corpo técnico voltado exclusivamente para desenvolver ações de planejamento, organização e execução da festa, também representa a mudança de visão do Poder Público ao tratar da gestão do Carnaval. O descaso e improvisação foram descartados e a partir desse momento deram lugar a um pensamento mais estratégico e eficiente. De acordo com Paulo Miguez:

Cada vez mais suas possibilidades do ponto de vista mercadológico amplificam-se em sintonia direta com a complexificação organizacional de seus atores, e o Carnaval começa então a ser visto como um negócio estratégico pelos arranjos institucionais públicos e privados que se desenvolvem em seu entorno (MIGUEZ, 1996, p. 145).

Reconhecemos a relevância do governo de Lídice da Mata por ter compreendido a magnitude do Carnaval para economia da cidade, mas também identificamos a existência do que Miguez (1996) apontava como um esvaziamento simbólico da festa, demonstrando suspeita com relação ao rumo que o novo modelo gerencial daria ao Carnaval de Salvador:

Por exemplo, a festa passaria a ser comandada a partir de demandas particulares e exclusivistas tais como, segurança, qualidade dos serviços de apoio, realocação espacial, redefinição do calendário, ordem do desfile, etc., num processo em que as Redes Secundárias¹⁷ imporiam sua lógica, em detrimento das outras lógicas características ao Carnaval (MIGUEZ, 1996, p. 217).

Esse esvaziamento simbólico da festa se daria principalmente a partir da inserção de demandas particulares do mercado, que ao impor uma nova lógica, interferem diretamente na dinâmica do Carnaval de Salvador. Além disso, a partir do instante que o Carnaval é visto pelo Poder Público como um produto turístico, os elementos culturais tendem a ficar enfraquecidos no espaço da festa.

¹⁷ De acordo com Miguez, as Redes Primárias emergem tendo por base a interação de atores vinculados a círculos sociais formados por laços de família, relações de vizinhança ou de amizade. Nos jogos do Entrudo do período colonial predominam as Redes Primárias. Com a passagem do Entrudo para o Carnaval, quando uma festa de caráter espontâneo e individualizado é substituída por outra que já requer organização prévia e domina toda a cidade, permite falar, particularmente quando se tem em conta o surgimento das sociedades Carnavalescas que organizam os préstitos, no que pode ser considerado como embrião das futuras Redes Secundárias que, décadas depois, irão imprimir uma dinâmica especial à realização dos festejos.

As políticas de massificação para ampliar o turismo que, de acordo com Clímaco Dias (2007, p.2) era visto pelos dirigentes como a única alternativa para o desenvolvimento de Salvador na época, e o papel da Emtursa de órgão executor do Carnaval, a partir de 1991, fizeram com que quase todas as políticas implementadas para a gestão do Carnaval fossem ao encontro da mercantilização, tornando o Poder Público cada vez mais refém da iniciativa privada e provocando a exclusão de alguns grupos carnavalescos.

Outro ponto a ser analisado na gestão do Carnaval feita pela Prefeita Lídice da Mata, também por dois vieses, foi a regulamentação de espaços publicitários na festa. Questionamos não pela intenção da Prefeitura, que parece justificável, ao tentar diminuir os gastos públicos na realização da festa. Mas sim pelo fato de ser mais uma porta de entrada para a iniciativa privada no direcionamento da festa. Afinal, não havia por parte da Prefeitura a possibilidade de um controle efetivo na ação das grandes empresas, que escolhiam sempre os espaços vinculados às grandes atrações. De acordo com Clímaco Dias:

É importante salientar que, desde quando começa o processo de mercantilização do Carnaval até hoje, o Poder Público faz um discurso parecendo acreditar que a venda de espaços publicitários é boa tanto para o Poder Público quanto para as organizações privadas, embora a prática revele que a Prefeitura nunca alcançou os objetivos pretendidos em termos de arrecadação com vendas de espaços publicitários, pois os compradores dos espaços Carnavalescos de Salvador, em sua grande maioria, só se interessam pela compra dos espaços que estejam vinculados ao grupo hegemônico da festa, que são alguns cantores de blocos de trio (DIAS, 2007, p. 02).

O governo Imbassahy reforçou ainda mais a sobreposição do negócio e turismo à dimensão cultural da festa. O Carnaval era trabalhado a partir das estratégias do mercado e turismo, visando o lucro e favorecendo as grandes entidades Carnavalescas, ou seja, as estruturas empresariais dos blocos de trio.

Com relação às potencialidades econômicas a serem exploradas em Salvador, os setores de turismo e de lazer e entretenimento vêm sendo considerados, por parte de ambas as gestões, como os mais férteis em termos de desenvolvimento. Assim, a partir da confiança que se tem no fato de que o turismo é o ponto economicamente forte da cidade, é que se desenvolvem as "grandes ações" em prol do desenvolvimento econômico: a profissionalização do Carnaval, transformando-o num megaevento(...)Visto como o mais importante produto econômico a ser explorado em Salvador, o Carnaval constitui-se em um principal alvo das atenções da Prefeitura; tem-se trabalhado consistentemente para tornar o evento mais lucrativo – tanto em termos da obtenção de receitas para o município, como em termos da geração de emprego e renda para a população (CODES, LOIOLA, MOURA, 1996).

Diante do sistema de governo adotado por Imbassahy, que tinha no incentivo ao turismo o seu projeto maior, o Carnaval foi mais um objeto de poder e lucro dessa gestão municipal. Ao retomarmos o que foi dito no capítulo anterior, temos uma questão mais do que comprovadora do projeto que o prefeito Imbassahy tinha para o Carnaval. Ao tomar para si a função de coordenador direto da festa, Imbassahy vai de encontro a uma política mais justa e democrática exercida por Lídice da Mata, que ao criar a Casa do Carnaval e reforçar o papel do Conselho Municipal do Carnaval de Salvador como instituição deliberativa da festa, não centra em um único órgão as decisões e rumos do Carnaval. Imbassahy, ao contrário, estaria atuando no sentido de afirmar sua supremacia na tomada de decisões que giram em torno do Carnaval baiano. Dessa maneira, poderia utilizar com mais facilidade os recursos públicos para privilegiar as grandes artistas e bandas que se apresentavam nos circuitos da festa:

Uma queixa contra a descaracterização da festa e o uso de recursos públicos a favor de artistas resultou na maior polêmica da festa: a doação de R\$ 200 mil para que o empresário e músico Carlinhos Brown montasse seu Camarote Ambulante, um caminhão com 70 convidados vips e 1.500 clientes de uma empresa de telefonia móvel (CARTA CAPITAL, 2006).

Podemos comprovar a atuação do Poder Público em defender os interesses dos grandes blocos de trio, por exemplo, na organização dos horários do desfile. As grandes entidades continuaram a ocupar os melhores horários de desfile. Analisamos, pois, que se por um lado o vínculo do Carnaval ao turismo contribuiu para o enriquecimento econômico da festa, por outro, deixou que a iniciativa privada ditasse as regras, diminuindo a cada ano a capacidade de regulação do Poder Público na gestão do evento.

O momento atual do Carnaval de Salvador não apresenta grandes modificações em sua estrutura organizacional. Continuam como principais gestores públicos a SALTUR (antiga EMTURSA), Conselho Municipal do Carnaval e Governo do Estado. O que podemos dizer é que nos últimos anos as atribuições de cada uma dessas instituições têm se definido mais claramente na governança da festa. Anteriormente ao governo Fernando José não havia um órgão específico para cuidar do planejamento e execução do Carnaval baiano, cada prefeito ao assumir o cargo nomeava um ou mais órgãos executores do Carnaval, geralmente subjugado pelo Poder Público estadual. Notamos que as funções entre os órgãos gestores estão mais claras, e na gestão municipal de João Henrique é possível perceber mais claramente o lugar de cada ente desses. Nesse sentido percebemos uma evolução nas estruturas de gestão do Carnaval de Salvador.

Por outro lado, a informação de que durante os cinco anos de mandato político de João Henrique passaram pela EMTURSA sete presidentes é inquietante. Afinal de contas, se a principal instituição gestora do Carnaval não conseguiu manter estabilidade em ambiente interno, era certo que teria dificuldades em planejar e executar as ações externas, e o Carnaval é uma dessas. A descontinuidade administrativa retarda o aparelhamento da festa, e não permite que as ações acertadas no ano anterior se repitam e sejam aperfeiçoadas, assim como dificulta que sejam feitas melhoras nos pontos frágeis da gestão pública do Carnaval baiano. No estudo que fizemos sobre a gestão do prefeito João Henrique e a organização do Carnaval de Salvador, verificamos a existência de pontos frágeis que ainda dificultam a realização do festejo.

Primeiramente destacamos a inexistência de mecanismos de fiscalização por parte da Prefeitura Municipal para cobrança de impostos das entidades carnavalescas. De acordo com a Gerente do Carnaval da SALTUR (Merina Aragão), não há uma maior atuação por parte do Poder Público Municipal na hora de fiscalizar a quantidade de pessoas que participam dos desfiles. Dessa forma, os blocos informam um dado número de foliões, muitas vezes camuflado, para diminuir o valor dos impostos cobrados pela Prefeitura a essas entidades.

Outra questão que nos parece dificultadora para a gestão do Carnaval é a carência de uma estrutura física adequada para a implantação da equipe gestora do Carnaval e, até mesmo a falta de uma equipe técnica maior, com rotinas implantadas unicamente para gerir o Carnaval na sua pré-produção, produção e pós-produção. A equipe que trabalha o ano inteiro com as questões do festejo, a Gerência do Carnaval, é composta por três pessoas, e só quando a festa se aproxima, profissionais dos outros setores da SALTUR são agregados a essa equipe. Entendemos que para um evento da dimensão do Carnaval se realizar, deve haver uma equipe técnica mais ampla que possa pensar questões desde o planejamento da festa, elaboração de documentos, licitações até a escolha e contratação das atrações.

O Conselho Municipal do Carnaval que, desde sua criação é composto pelos mesmos grupos é outro problema identificado na estrutura de gestão da festa. Desde que foi instituído, o COMCAR possui a mesma formação, apresentando-se defasado, pois não conseguiu se adequar à formatação atual do Carnaval de Salvador, absorvendo outros atores com maior representação na festa e excluindo os que estão ultrapassados segundo as dinâmicas atuais do Carnaval. A principal dificuldade em modificar o corpo organizacional do Conselho está no fato de ele estar inserido na Lei Orgânica do Município. Desse modo, somente a Câmara dos Vereadores tem o poder de alterar a composição deste órgão. Segundo Merina Aragão e

Cloves Carneiro, existe um projeto para adequar o Conselho Municipal do Carnaval às realidades atuais. E isso significaria excluir alguns grupos que apesar de nem existirem mais, continuam ainda no COMCAR, a exemplo dos Clubes Carnavalescos, assim como incluir outros grupos que apesar de apresentarem ligação com o Carnaval não foram inseridos nesse órgão. Nesse caso podemos citar a falta de um representante da Fundação Gregório de Mattos no Conselho Municipal do Carnaval.

Outro aspecto que destacamos é o fato de o Governo Estadual ter selecionado, desde o primeiro ano, para seu representante direto no Conselho Municipal do Carnaval, um profissional da BAHIATURSA, empresa de turismo do Estado, ao invés de um representante da Secretaria de Cultura, colocando o Carnaval sob a responsabilidade de mais um órgão do turismo. Existe, porém, uma questão política por trás dessa formação do Conselho, por isso, há dificuldade em promover alterações. Algumas categorias, como por exemplo, os Clubes Carnavalescos, Artistas Plásticos, Associação de Empresas de Som e Iluminação (terceirizados), dentre outras, continuam a fazer parte do COMCAR pelo simples fato de terem um poder de articulação com a Câmara de Vereadores e Prefeitura. Dessa maneira, entendemos que o Conselho Municipal do Carnaval não se adequou às novas dinâmicas da festa, mantendo-se inalterado desde 1991, dificultando a entrada de novos integrantes que poderiam enriquecer e olhar a festa por outro viés, que não somente o mercadológico.

Embora o Conselho Municipal do Carnaval tenha sido criado a partir da necessidade de democratização da festa, já que abre para a sociedade civil e outras entidades um espaço para decidir o direcionamento do festejo Carnavalesco, essa função está submetida aos trâmites da SALTUR, quem realmente decide e viabiliza financeiramente o Carnaval. Sendo assim, a função do Conselho Municipal do Carnaval é muito mais representativa que deliberativa e acaba retirando a possibilidade de uma participação real da sociedade civil na tomada de decisões. Conforme Paulo Miguez:

Quanto ao Conselho, vele ressaltar, entretanto, a superposição de lógicas contraditórias na sua atuação que variam da defesa de interesses estritamente corporativos, tanto dos elos privados quanto públicos, privilegiando visões de curto prazo e desconsiderando o equilíbrio necessário entre tradição e inovação, até a defesa e viabilização de ações que transcendem esse mesmo espírito corporativo (MIGUEZ, 1996, p. 153).

Fragilidades já percebidas em governos anteriores ao de João Henrique, principalmente a partir da década de 90, continuam a existir atualmente. O Carnaval

planejado, executado e avaliado sob a perspectiva hegemônica do mercado, cada vez mais dependente das grandes empresas, seja para captação de patrocínio, seja para contratação de “artistas de ponta” tem feito o Poder Público mais um refém que um agente na estruturação da festa.

O Poder Público fala em “mais democracia para a festa” e, em muitas ações parece ter intenções sinceras de reverter esta situação. Mas, na verdade, o Poder Público é apenas um dos reféns do grupo hegemônico, pois sabemos que é muito difícil para qualquer governante adotar políticas que contrariem interesses de artistas tão populares (DIAS, 2009, p.01).

A estratégia de comercialização fortalecida pela administração do Prefeito João Henrique tem contribuído ainda mais para fazer do Carnaval uma estrutura de diferenciação. Para as grandes empresas, incentivar as entidades carnavalescas locais que apresentam raízes culturais não é, em termos de lucratividade e visibilidade de suas marcas, uma estratégia vantajosa. Dessa maneira, blocos como Camaleão, Eva, Nana Banana, Cerveja e Cia, Papa, entre outros que são puxados por grandes estrelas do axé, são sempre alvos da grande mídia, e por isso, dos grandes patrocinadores, enquanto que os blocos menores lutam para manter seus desfiles a cada ano.

Para uma empresa (como um bloco de trio, afro e afoxé) o fato de ser enraizada não se traduz necessariamente em vantagem competitiva, entendendo esta última como a capacidade de sobreviver e crescer no mercado. Pelo contrário: no caso específico das entidades Carnavalescas de Salvador, quanto mais local, menos consegue se projetar como agente da indústria cultural, entendida como um tipo de arte que sobrevive no mercado, vende mercadorias e serviços disputando clientes dispostos a participar daquela experiência no Carnaval (MOTA, OLIVEIRA, 2008, p.20).

As entidades Carnavalescas mais “frágeis”, a exemplo dos blocos afros e afoxés, que não alcançaram o patamar de estrutura empresarial, não conseguem se apresentar no evento em condição de igualdade às entidades Carnavalescas dos blocos de trios. Atrelado a essa questão surge a discussão com relação à posição que essas entidades ocupam no desfile, que pudemos notar não ter grandes alterações. Os blocos de maior apelo turístico e midiático (por serem puxados por grandes estrelas da música baiana) estão desde sempre em horários mais privilegiados de apresentação. Isso porque o Carnaval está totalmente inserido nas lógicas do sistema capitalista, ou seja, o bloco que possui as maiores atrações terá maior procura do

turista, maior visibilidade na mídia televisiva, e, portanto aquele que será privilegiado e terá maior poder de escolha. Dessa forma, o Carnaval de Salvador fica “nas mãos” das grandes estrelas e estruturas empresariais dos blocos de trio, acabando por reproduzir a “mesmice” em prejuízo da diversidade cultural da festa, tão vendida pelo Poder Público, mas que deixa de ser estimulada de fato.

Essa mesma estratégia de comercialização pode também responder pela discrepância existente nos dois principais espaços da festa. O circuito Osmar, mais tradicional e o primeiro a ser criado para abrigar a festa, tem sofrido com a queda na programação. Artistas mais reconhecidos e assediados pelos turistas e mídia têm migrado para o circuito Dodô, onde estão localizados os maiores camarotes e até mesmo as cabines para transmissão televisiva da festa, resultando num ciclo vicioso no qual o lucro termina sendo o principal objetivo.

Pontos tradicionais do Carnaval baiano, como a Praça Castro Alves e o próprio “Circuito Osmar” – o mais antigo – vêm sendo “substituídos” por novas possibilidades de percursos onde a presença das grandes redes de hotéis, seus camarotes e turistas é mais intensa, como o “Circuito Dodô” – orla de Salvador (CASTRO, 2004, p.16).

Assim, percebemos não só a predominância das grandes atrações nos melhores horários de desfile, mas também a diferença na quantidade de grandes atrações que desfilam nos dois circuitos nos seis dias de folia. Atrações como a banda Jammil e Uma Noites, a cantora Daniela Mercury, entre outras, só se apresentam no circuito Barra-Ondina.

Com base no que foi descrito no segundo capítulo desse trabalho e pesquisas de estudiosos sobre o tema, podemos dizer que o Carnaval de Salvador evoluiu em matéria de planejamento, tornando-se uma estrutura que se auto-sustenta. A intervenção do Poder Público não era profissionalizada, e muito menos havia uma estrutura própria da Prefeitura voltada ao planejamento e execução do Carnaval, antes da administração pública da prefeita Lídice da Mata, única exceção para a época de Wally Salomão na gestão de Mário Kertész. Hoje, as etapas de planejamento, execução e avaliação do Carnaval acontecem em momentos mais bem definidos. Durante o período de aproximadamente oito meses antes da abertura da festa, tem início a fase de planejamento, seguida de uma fase mais operacional, de montagem e construção da cidade e a própria concretização do Carnaval. A última das etapas, a avaliação, começa a ser realizada com o final do evento. Nela são analisados os impactos da festa, pontos positivos e negativos, cada setor faz a sua em forma de relatório, encaminha para a Gerência do Carnaval que sistematiza para nortear o planejamento do próximo Carnaval.

Percebemos que no quesito operacionalização, o Carnaval progrediu, e essa afirmação se sustenta quando apresentamos o número de profissionais do Poder Público envolvidos na organização da festa.

Com relação ao financiamento do Carnaval nas diferentes administrações municipais estudadas, identificamos a presença do Poder Público Estadual e Municipal para viabilizar a festa. No entanto, a partir da década de 90, o mercado surge como um novo ator para dividir com o Estado as contas desse grande evento. Esse novo ator ainda não havia assumido as proporções que passou a ter a partir dos anos 1990, e por isso, se configura como a alteração mais significativa no modelo de financiamento para o Carnaval. Isso porque o fortalecimento do mercado no espaço da festa provocou transformações na infra-estrutura, critérios de escolha para horários de desfiles e escolha das atrações, em suma, na dinâmica do Carnaval baiano.

A mudança nas formas de governança e financiamento da festa, a partir da década de 90, trouxe modificações no seu caráter a partir do momento em que as estratégias de gerenciamento estiveram calcadas muito mais na iniciativa privada que na atuação do Poder Público. Segundo o Informativo da Secretaria Estadual de Cultura do Estado da Bahia:

À medida que os empresários da festa foram assumindo a organização e a governança do evento, a capacidade de regulação do Poder Público tornou-se cada vez mais limitada. Aos governos municipal e estadual restou o encargo de mobilizar recursos para prover a infra-estrutura e outros meios que garantam a viabilidade técnica da festa (INFOCULTURA, 2007, p11).

Concordamos que foi necessária uma inovação no modelo gerencial desse evento, até porque o dinamismo é uma característica inerente aos bens culturais, mas também entendemos que a dimensão mais importante do grande Carnaval baiano, a cultural, não pode se apagar em prol da dimensão turística e mercadológica como vem acontecendo desde a década de 90, quando o Poder Público Municipal descobriu o importante produto econômico que o Carnaval havia se transformado e transferiu para iniciativa privada muitas das escolhas para gerir essa festa. Dessa forma, o atual padrão de gerenciamento, herança da década de 90, tem contribuído para que se perca a dimensão cultural dessa festa, que antes de tornar-se um grande evento com alcance internacional, trata-se de uma manifestação da cultura baiana e deve ser tratado como tal, e para isso é necessário que as instituições culturais do Município e Estado façam parte da equipe organizadora do Carnaval.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que nos últimos vinte anos, novos atores e práticas foram inseridos no espaço da festa carnavalesca de Salvador. O Carnaval adquiriu crescente importância econômica para a cidade, e por isso, o Poder Público Municipal, passou a dar uma atenção especial a esse festejo, desenvolvendo aspectos de planejamento, financiamento e organização direcionados à realização dessa festa. Órgãos executivos e deliberativos criados exclusivamente para atender às demandas da atual configuração do Carnaval, o aumento e modernização de blocos de trio, expansão dos camarotes, criação de um novo circuito para abrigar os foliões, são indicadores da dimensão adquirida pelo Carnaval ao longo do tempo.

De uma maneira geral, as três últimas administrações públicas municipais mostraram-se empenhadas em desenvolver estratégias para o desenvolvimento e estruturação da festa, cada uma a sua forma. Perceberam o Carnaval como um produto turístico e econômico, que deveria ser incentivado pelo Poder Público, e este ator tornou-se mais presente na operacionalização do festejo. Essa afirmação se sustenta quando analisamos o aumento do número de profissionais do Poder Público Municipal que estão envolvidos na gestão da festa desde a década de 90.

No entanto, se por um lado, as questões de planejamento e gestão para festa evoluíram, por outro, o padrão de gerenciamento adotado pelo Poder Público Municipal apresenta problemas que foram surgindo na década 90 e até hoje não foram sanados. Constatamos que, apesar de a administração pública municipal para o Carnaval de Salvador ter adquirido características de uma crescente profissionalização, não tem sido suficiente para garantir a diversidade cultural que tanto se clama para essa festa. Do ponto de vista gerencial, observamos por parte do Poder Público Municipal, nas administrações que analisamos, uma desobrigação de pensar o Carnaval como fenômeno do campo da cultura, delegando aos órgãos públicos do turismo e empresários a responsabilidade de elaborar e executar políticas para essa festa.

Confirmamos a supremacia da SALTUR na função de gerenciar a festa e a posição muito mais representativa que ativa do Conselho Municipal do Carnaval na tomada de decisões para o Carnaval baiano. O maior problema não está em tratar o Carnaval também como produto turístico e atrelado às dinâmicas de mercado, mas sim, quando essas práticas de mercado passam a direcionar a organização do festejo carnavalesco. Há dessa maneira uma ausência de políticas públicas que possam entender a dimensão mercadológica sem esquecer a

dimensão cultural do Carnaval de Salvador.

É necessário, portanto, que se repense o padrão atual de gerenciamento do Carnaval, de modo que continue a permitir a participação da iniciativa privada, que sabemos ser essencial à manutenção da festa aos moldes que a conhecemos hoje. Mas, a participação dessas empresas deve ser intensamente regulada pelo Poder Público, que não deve se eximir da responsabilidade de garantir a presença de entidades Carnavalescas de cunho mais cultural na festa. E, essa participação não significa apenas permitir o desfile dessas entidades, mas também rever os critérios de escolha dos horários e dias para que esses desfiles aconteçam. Uma possibilidade defendida por pesquisadores e gestores do Carnaval é a criação de editais públicos que tragam outros critérios para seleção de blocos e horários de desfile, critérios esses que não sejam determinados pela lógica do mercado, como acontece atualmente. Além disso, é fundamental que o Governo invista em mecanismos de fiscalização dos blocos carnavalescos para a cobrança de impostos que possa se reverter em aperfeiçoamento da infraestrutura da festa. Assim, o mercado deve ser incluído como mais um ator a dividir as contas do Carnaval para a montagem e sustentabilidade do festejo.

Outra medida que julgamos ser urgente é uma nova formatação do Conselho Municipal do Carnaval, já que existem algumas categorias que não possuem mais nenhuma representatividade social para permanecerem no Conselho e outras, a exemplo da Fundação Gregório de Mattos, que nunca estiveram. Julgamos que a participação no COMCAR de um órgão responsável por elaborar as políticas culturais para a cidade é vital à sustentabilidade das pequenas entidades Carnavalescas e, por conseguinte, da diversidade de manifestações culturais na festa. É preciso repensar a constituição do Conselho Municipal do Carnaval para dar mais poder a sociedade civil, já que este, apesar de ser na sua formação um órgão representativo das Entidades Carnavalescas, instituições públicas e da sociedade, não consegue ir de encontro às decisões da Prefeitura.

Talvez possamos dizer que em termos turísticos e mercadológicos, o padrão de gerenciamento adotado pelo Poder Público Municipal a partir da década de 90, foi responsável para que o Carnaval de Salvador se apresentasse como uma invejável estrutura organizacional. No entanto, em termos culturais esse planejamento adotado pelo Poder Público Municipal não se mostra estratégico o bastante para definir políticas públicas que sustentem as manifestações presentes nos festejos Carnavalescos.

6. REFERÊNCIAS

AMARAL, Rita de Cássia. **Festa à Brasileira: Significados do festejar no país que “não é sério”**, Tese de Doutorado, São Paulo, USP, (1998). Capítulos II e III.

A TARDE ON LINE. **João dispara acusações e gera crise no Carnaval da Bahia**. Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/politica/noticia.jsf?id=1072889>. Acesso em 12 de abril de 2009.

A TARDE. **Carnaval é patrimônio imaterial da cidade**. Salvador, 2009.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Definiciones em transición**. In: MATO, Daniel (org) *Estúdios latinoamericanos sobre cultura e transformaciones sociales em tiempos de globalización*. Buenos Aires, Clacso, 2001.

CARNAVAL. In *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Disponível em: <http://aurelio.ig.com.br/dicaureliopos/manual/professor.asp>. Acesso em 30 de mar. De 2009.

CARVALHO, A.P e ALCÂNTARA, D. M. **As políticas culturais no município de Salvador na gestão de Lídice da Mata (1993 a 1996)** - versão preliminar. (ENECULT 2005).

CASTRO, Armando. **Turismo e Carnaval na Bahia**. Campinas, 2004.

CODES, Ana Luiza; LOIOLA, Elizabeth; MOURA, Suzana. **Perspectivas da Gestão Local do Desenvolvimento: as Experiências de Salvador e Porto Alegre**. Salvador, 1996.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo, Fapesp / Iluminuras, 1997.

CUNHA, Maria Helena. **Gestão Cultural: Profissão em Formação**. Belo Horizonte, 2005. (Dissertação em Educação). Faculdade de Educação de Belo Horizonte.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, 6ª edição.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. **Lei Orgânica do Município**. Sala das Sessões em 12 de maio de 1992.

DIAS, Clímaco. **Carnaval de Salvador: a Crise da Cultura e Mercadoria**. Revista Vera Cidade, 2007.

DIAS, Clímaco. **A crise do Carnaval de Salvador**. Salvador, 2009.

EMTURSA, Portal oficial do Carnaval de Salvador. Disponível em: <http://www.portaldocarnaval.ba.gov.br/2009/Capa/>. Acesso em 25 de maio de 2009.

EMTURSA, **Relatórios – Indicadores**. Salvador: Emtursa S.A; Prefeitura Municipal de Salvador. Relatórios de 1998, 2002 e 2006.

EMTURSA, **Relatórios de desfile Circuito Dodô (Barra-Ondina)**. Disponível em: <http://www.carnaval.salvador.ba.gov.br/2009/Servicos/RelatorioDesfiles.asp>. Acesso em: 12 de abril de 2009.

EMTURSA, **Relatórios de desfile Circuito Osmar (Campo Grande)**. Disponível em: <http://www.carnaval.salvador.ba.gov.br/2009/Servicos/RelatorioDesfiles.asp>. Acesso em 12 de abril de 2009

FESTA. In: Dicionário Aurélio da língua portuguesa. Disponível em: <http://aurelio.ig.com.br/dicaureliopos/manual/professor.asp>. Acesso em: 20 de mar. de 2009

INFOCULTURA 2007: **Carnaval de Salvador : uma festa de meio bilhão de Reais. Salvador**. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, n.1, set.2007, 26p.

INFOCULTURA, 2008: **Carnaval de Salvador: perfil das entidades e participação dos metropolitanos**. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, n.3, jan. 2009.

KAUARK, G. R de S. **Políticas culturais de Salvador nas gestões de Imbassahy (1997-2000 e 2001-2004** - versão preliminar (ENECULT 2005).

KÖPP, J.B e ALBINATI, M.L. **Políticas culturais de Salvador na gestão de Mário Kertész (1986 a 1989)** - versão preliminar.(ENECULT 2005).

LEITÃO, Cláudia. (org.) **Gestão Cultural: Significados e dilemas na contemporaneidade.** Fortaleza, Banco do Nordeste. Brasil, 2003.

LIMA, Ana Luiza Machado de Codes. **Gestão local do desenvolvimento econômico de Salvador: o Governo Lídice da Mata**1993-1996. Salvador, 1999. Dissertação (Mestrado), Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia.

MAGALHÃES, L. S. e LEAL, C. **Política cultural de Salvador na gestão de Fernando José** - versão preliminar. (ENECULT, 2005).

MARTINS, José Clerton de Oliveira. **Festa e ritual, conceitos esquecidos nas organizações.** Revista Mal-Estar e Subjetividade / Fortaleza / V.II / N.1 / P.118-128 / Março 2002.

MIGUEZ, Paulo César. **Algunos Apuntes sobre la economía del Carnaval de Bahía.** Revista Cultura y Desarrollo, 2008.

MIGUEZ, Paulo Cesar. O Rei Momo está nu. **Correio da Bahia**, Salvador, 21 fev. 2007. caderno G, p.9, Correio da Folia.

MIGUEZ, Paulo; LOIOLA, Elizabeth. **Lúdicos mistérios da economia do Carnaval baiano: trama de redes e inovações.** Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 5, n. 4, p. 45-55, 1995.

MIGUEZ, Paulo César. **Carnaval Baiano: as tramas da alegria e a teia de negócios.** Salvador, 1996.

MOTA, Fábio e OLIVEIRA, Sérgio. **REDESIST, Indústria Cultural e o Carnaval da Cidade da Bahia de Todos os Santos.** Apoio Sebrae, 06/2008.

QUEIROZ, Maria Isaura P. **Carnaval brasileiro - O vivido e o mito.** São Paulo, Brasiliense, 1992.

REVISTA CARTA CAPITAL, **Festa dos grampos, clones e pipocas.** Salvador: nº 253, ano IX, agosto 2003.

RUBIM, Albino. **Dilemas para uma política cultural na contemporaneidade**. In: LEITÃO, Cláudia (org). *Gestão da Cultura*. Significados e dilemas na contemporaneidade. Fortaleza: banco do Nordeste, 2003. p.89-104.

RUBIM, Lindinalva S. O. (Org.). **Organização e Produção da Cultura**. Salvador: Edufba, 2005.

SILVA, Gustavo, CARVALHO, Cristina. **Carnaval, Mercado e Diferenciação Social**. VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, setembro de 2004.

SOILHET, Rachel. **Reflexões sobre o Carnaval na historiografia – algumas abordagens**. 1998.

VILLAS BOAS, Rosa. **Gestão Cultural**. In: Rubim, Linda (Org.). *Organização e Produção da Cultura*. Salvador: Edufba, 2005.

Entrevistas:

Merina Aragão (Gerente do Carnaval – SALTUR)

Em abril de 2009

Cloves Carneiro (representante dos grupos de percussão no Conselho Municipal de Carnaval - COMCAR)

Em abril de 2009

Fred (Assessoria Técnica da SALTUR)

Em maio de 2009